

**UNIVERSIDADE PAULISTA - UNIP  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - ICH  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

**TRANSEXUALIDADE NO MERCADO DE TRABALHO E A AÇÃO  
DO ASSISTENTE SOCIAL NA INCLUSÃO DE DIREITOS SOCIAIS**

**Carolline Teixeira Lobão**

**Claudia Souza Vieira**

**Thais Aparecida Melo Alves**

**Orientador: Prof. Dr./ Evandro Prestes  
Guerreiro**

**SANTOS / SP**

**2019**

**CAROLLINE TEIXEIRA LOBÃO  
CLAUDIA SOUZA VIEIRA  
THAIS APARECIDA MELO ALVES**

**TRANSEXUALIDADE NO MERCADO DE TRABALHO E A AÇÃO  
DO ASSISTENTE SOCIAL NA INCLUSÃO DE DIREITOS SOCIAIS**

Trabalho de Curso apresentado ao Instituto de Ciências Sociais e Comunicação da Universidade Paulista como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

**Orientador: Prof. Dr./ Evandro Prestes  
Guerreiro**

**SANTOS / SP  
2019**

VIEIRA, Claudia Souza; LOBÃO, Carolline T; ALVES, Thaís A.M.

Transexualidade no mercado de trabalho e a ação do assistente social na inclusão de direitos sociais/SP, 2019. 56 p.

Monografia do Curso de Serviço Social  
Universidade Paulista - UNIP, 2019.

Instituto de Ciências Humanas – ICH  
Curso de Serviço Social

Orientador: Prof. Dr./ Evandro Prestes Guerreiro

1. Social 1.
2. Transexual 2.
3. Trabalho 3.

**Curso de Serviço Social**  
**UNIP / Campus Santos / Período Noturno**  
**2019**  
**NOME DOS ALUNOS**

---

---

---

---

**Transexualidade no mercado de trabalho e a ação do assistente social na inclusão de direitos sociais**

**Comissão Examinadora:**

---

**Prof. Dr. Evandro Guerreiro Prestes**

---

**Me. Fausta Alzira Ornelas Mello**

---

**Me. Ana Lúcia dos Santos**

---

**Coordenador de Curso: Gisele Silva Soares**

**Observações:**

---

---

---

**DATA DA APROVAÇÃO: 10/06/2019**

A todas as pessoas que lutam a favor da inclusão de direitos sociais, e direitos universais como o direito a vida. E a todos os profissionais dedicados nesta luta, que acreditam e seguem bravamente com intenção de mudarmos nossa realidade brasileira.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Professor orientador Dr. Evandro Prestes Guerreiro e a Prof. Me Camilla Papa.

A Deus, familiares, amigos e colegas de turma.

A Aline de Jesus que ajudou a nascimento do tema.

Aos professores da universidade Fausta, Ana Lucia e Diogo, que são inspirações para nós, como referencia de profissionalismo e paixão pelo que fazem.

A equipe psicossocial da instituição Educandário Assistente social e supervisora de estagio Fernanda e Renata psicóloga da instituição.

“Provei que tenho o direito de viver existindo como Lili durante 14 meses. Podem dizer que 14 meses não são muito, mas para mim é uma vida humana completa e feliz” Lili Elbe.

*A Garota Dinamarquesa.*

## ÍNDICE

RESUMO .....	IX
ABSTRACT.....	X
LISTA DE SIGLAS.....	XI
LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	XII
LISTA DE QUADROS E TABELAS .....	XIII
<b>1. APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>14</b>
1.1. Introdução .....	14
1.2. Objetivos .....	16
1.2.1. Objetivo geral .....	16
1.2.2. Objetivos específicos .....	16
1.3. Justificativa .....	16
1.4. Problema de pesquisa.....	17
1.5. Hipótese.....	17
1.6. Metodologia .....	17
1.7. Cronograma .....	19
1.8. Orçamento .....	20
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>20</b>
2.1. O que é transexualidade? .....	20
2.2. História do início do movimento LGBT .....	23
2.3 Primeiros movimentos de lutas dos trans no Brasil.....	24
2.4 Preconceito religioso e conservador.....	27
2.5 Mercado de Trabalho .....	28
2.6 As Transformações do mercado de trabalho.....	30



2.7. O Estado capitalista .....	31
2.8 Economia Social .....	33
2.9 Exploração pela mais valia .....	34
2.10. As metamorfoses da questão social .....	35
2.11. Avanços sociais e direitos sociais .....	36
2.12. A transfobia e o Serviço Social .....	37
2.13. Ação Do Assistente Social Perante A População Transexual Em Vulnerabilidade.....	38
2.14. Serviço Social e a atuação na inclusão de direitos aos transexuais.....	40
2.15. Transexual no mercado de trabalho .....	41
2.16. A exclusão e exploração no mercado de trabalho.....	43
3. ABORDAGEM METODOLÓGICA.....	44
3.1. A questão social no Brasil.....	44
3.2 O serviço social x questão social gênero e sexualidade .....	46
3.3 Qual o trabalho do assistente social frente à inclusão de direitos sociais da População trans?.....	50
3.4 Possíveis Caminhos para a Superação do Preconceito na Saúde	52
3.5 Possíveis Caminhos para a Superação do Preconceito no Trabalho....	54
3.6 Sexualidade e Gênero .....	55
3.7 Resultados da pesquisa .....	56
4. CONCLUSÃO.....	63
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	64

## RESUMO

VIEIRA, Claudia S; LOBÃO, Carolline T; ALVES, Thais A.M. Transexualidade no mercado de trabalho e ação do assistente social na inclusão de direitos sociais. Monografia do curso de Serviço Social - Instituto de Ciências Humanas - ICH – Serviço Social, Universidade Paulista - UNIP, Santos, 2019.

Palavras-chave: Social 1, Transexual 2, Trabalho 3.

O objetivo deste trabalho é identificar qual o fator pelo qual o transexual tem dificuldade ao ingressar no mercado de trabalho, e identificar os mecanismos de intervenção técnica que o assistente social utiliza, para garantir seus direitos e lutar contra qualquer tipo de preconceito. O resultado esperado, é que o estudo possibilite ao assistente social ter um olhar crítico sobre a questão social, e também indicar formas viáveis de empoderar o transexual e orientar seu status de cidadania e sujeito social.

## **ABSTRACT**

VIEIRA, Claudia S; LOBÃO, Carolline T; ALVES, Thais A.M. Transexuality in the labor market and social worker action in the inclusion of rights. Monograph of the Social Service Course-Institute of Humanities-ICH-Social service, Universidade Paulista-UNIP, Santos, 2019.

Keywords: Social 1, Transexual 2, work 3.

The objective of this work is to identify the factor by which the transsexual has difficulty entering the labor market, and to identify the mechanisms of technical intervention that the social worker uses, to guarantee their rights and to fight any kind of prejudice. The expected result is that the study allows the social worker to have a critical look at the social issue, and also indicate viable ways of empowering the transsexual and guiding their status of citizenship and social subject.

## LISTA DE SIGLAS

ABGLT	Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis
ANTRA	Associação Nacional de Travestis e Transexuais
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CFM	Conselho Federal de Medicina
CFP	Conselho Federal de Psicologia
CID	Classificação Internacional das Doenças
CNS	Conselho nacional de saúde
CRAS	Conselho Referência de Assistência Social
CREAS	Conselho regional Especializado de Assistência Social
DEDIHC	Departamento de direitos humanos e cidadania
ICH	Instituto de Ciências Humanas
ILGA	International Lesbian and Gay Association ( Associação Internacional de Gays e Lesbicas).
INAMPS	Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social
SDH	Secretaria de Direitos Humanos
SEMP	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
UNIP	Universidade Paulista

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	mapa arco- íris da Europa.....	51
Figura 2	Leis sobre orientação sexual no mundo .....	52
Figura 3	Mapa do numero de homicídios pelo mundo .....	53
Figura 4	Triangulo de símbolos do movimento LBGT.....	25
Figura 5	Transexual.....	23
Figura 6	Transgenero.....	24
Figura 7	Travesti.....	24
Figura 8	Entenda o processo de transexualização.....	53
Figura 9	Mortes de LGBT no Brasil.....	53

## LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1	Dados da relação do mundo empregativo para o trans	55
----------	--	----

## **1. APRESENTAÇÃO**

O primeiro capítulo está dividido em seis seções que abrange a introdução, os objetivos geral e específico, a justificativa, o problema, a hipótese e a metodologia aplicada no trabalho.

### **1.1. Introdução**

O estudo tem como desafio entender mais sobre o preconceito contra o transexual (transfobia), natural de uma sociedade conservadora. Os obstáculos e os desafios que os transexuais enfrentam para se inserirem no mercado de trabalho, assim como, ter acessos às políticas públicas, direitos garantidos por lei e a aceitação pela família.

Dessa forma, buscamos identificar as dificuldades que os trans têm ao se inserirem no âmbito do trabalho e como podem enfrentar essa problemática frente a uma sociedade conservadora. Durante a pesquisa, foi possível observar o acesso desacerbado de informação com a expansão da internet, muitas pessoas estão reconhecendo a identidade do trans e trazendo a visibilidade do enfrentamento que eles passam ao tentarem se introduzirem na sociedade.

O cenário da população trans no Brasil traz desde em situações de violência e vulnerabilidade social, até a questão econômica e o ambiente de trabalho. O problema se inicia com a invisibilidade ligada à ausência de conhecimento sobre o significado de identidade de gênero, que é bastante confundida com orientação sexual, isso prejudica não somente a compreensão dos problemas inerentes da população trans, como até mesmo o reconhecimento de sua existência.

É possível notar que a maioria das políticas públicas direcionadas aos trans é apenas para a prevenção de doenças e o combate à exploração sexual, e quase nenhuma é direcionada para políticas públicas de inclusão, isso acaba proporcionando o crescimento da visão que o trans é alguém inferior. É por esse motivo, que o problema da discriminação em relação a identidade de gênero e sexualidade na área do trabalho se introduz em um aspecto muito maior, como a execução e observação de direitos humanos por parte das empresas. É nessa direção

que o papel do Estado acaba sendo fundamental, pois garante a proteção e implementação dos direitos, bem como meios judiciais e não judiciais, já que no Brasil a Constituição Federal de 1988 prevê como objetivo fundamental a promoção do bem de todos os sujeitos, sem preconceitos (art. 3º, IV), compondo também penalidades em caso de discriminação contra pessoas homossexuais, bissexuais, transgêneras, travestis e transexuais, sendo uma violação dos direitos humanos.

A pesquisa, tem o objetivo de levar informações aos profissionais da assistência social sobre esses conceitos e analisar como o Serviço Social está lidando com essa questão da expressão social tão na atualidade. As discussões a respeito da identidade de gênero são recentes e precisam ser ampliadas não só entre os assistentes sociais, mas também com outros profissionais, e no contexto da sociedade, por fim fazer com que o profissional de Serviço Social passe a refletir criticamente sobre as consequências da transfobia e como lidar com tal expressão.

No primeiro capítulo está sendo apresentado como a pesquisa foi elaborada para que fosse realizado um estudo adequado com foco e embasamento teórico adequado. É nesse capítulo que é possível ver o decorrer do projeto até o momento da pesquisa.

O segundo capítulo é fundamentação teórica onde é embasada com a reflexão sobre a desigualdade social, a ação do assistente social na intervenção com equipamentos e serviços que são fundamentais para esta atuação. O estudo envolve ainda os avanços legais e o acesso ao mercado de trabalho, além dos primeiros movimentos de luta dos transexuais no Brasil. O estudo identifica que a peça chave da mudança não é somente o assistente social, mas sim toda a sociedade como forma do transexual possuir um futuro melhor e desprovido de preconceito.

O terceiro capítulo apresenta um relato sobre a história da questão social no Brasil e suas expressões na sociedade. Nesse capítulo é possível entender a questão de gênero e sexualidade e alguns possíveis caminhos para que seja combatido o preconceito tanto na área da saúde quanto na área do trabalho.

Como resultado da pesquisa é possível ver que o assistente social intervém para que ocorra a garantia de direitos dessa população, assegurando sua inclusão e encaminhando para políticas públicas, trabalhando na promoção de direitos da



população LGBT, com a perspectiva da equidade e da diversidade no desenvolvimento das ações, programas, benefícios, serviços e projetos do Sistema Único de Assistência Social. Nesse caso, a pesquisa procura mostrar alguns caminhos alternativos para combater o preconceito e promover a inclusão.

## **1.2. Objetivos**

### **1.2.1. Objetivo geral**

A inclusão do transexual no mercado de trabalho

### **1.2.2. Objetivos específicos**

(A) Identificar os fatores legais que legitimam os direitos da população trans no mercado de trabalho;

(B) Estudar as políticas públicas de inclusão da população trans no mercado de trabalho;

(C) Caracterizar quais os obstáculos enfrentados pela população trans no mercado de trabalho;

(D) Qualificar a ação do Assistente social nos atendimentos, frente das expressões da questão social o preconceito que o transexual sofre.

## **1.3. Justificativa**

A temática abordada nessa monografia foi escolhida em decorrência da dificuldade que as pessoas transexuais têm ao serem incluídas no mercado de trabalho. Ao assumir a transexualidade, boa parte deles são excluídos pela família e invisibilizados pela sociedade preconceituosa, o que ocasiona, dificuldade para se inserirem no âmbito do mercado de trabalho. Tendo em vista a importância de estudar esse tema, buscando entender melhor a expressão da questão social, no caso da demanda a “transfobia”, que norteia os transexuais. A ação do profissional de Serviço Social é tentar diminuir os impactos ocasionados por uma sociedade preconceituosa,

que exclui e rejeita qualquer tipo de diversidade. Por isso, a finalidade do estudo é compreender os direitos sociais dos transexuais resgatando o empoderamento e também podendo colaborar com esta pesquisa auxiliando na atuação de outros profissionais em frente a essa demanda de inclusão e direitos.

#### **1.4. Problema de pesquisa**

Considerando-se as questões e tendências levantadas até o momento e a relevância do tema proposto, o presente trabalho busca responder às seguintes questões:

A inserção do transexual no mercado de trabalho tem sido uma problemática aos que estão no mercado, e aos que estão fora dele.

Desse modo, é possível questionar o que ainda impede a inclusão dos direitos sociais dos transexuais no o mercado de trabalho?

#### **1.5. Hipótese**

Como hipótese à resposta do problema levantado:

O preconceito da sociedade civil com o transexual vem crescendo por influência de uma sociedade conservadora, que se nega a aceitá-los pela sua escolha sexual. Nesta perspectiva, o assistente social intervém para promover e garantir direitos sociais e políticas públicas de inclusão, seja na orientação ou no encaminhamento do transexual, diminuindo os impactos da exclusão do trans no mercado de trabalho.

#### **1.6. Metodologia**

A pesquisa é de base científica bibliográfica documental e qualitativa, de acordo com (Gil, 2008, pag. 31) a pesquisa científica é o envolvimento dos pesquisadores no processo de pesquisa. A pesquisa foi dividida nas etapas do capítulo 1 projeto de pesquisa, capítulo 2 fundamentação teórica com as principais obras na tabela abaixo, e capítulo 3 Resultado dos estudos, com dados coletados de sites de pesquisas internacionais como ILGA trazendo dados da Europa e ANTRA trazendo dados

importantes do Brasil e outros. E também no 3 capítulo uma análise documental e da tipificação do papel do profissional do Serviço Social diante da inclusão do transexual no mercado de trabalho e no acesso a direitos sociais.

<b>Autor</b>	<b>Referências</b>	<b>Fundamentos</b>
BOBBIO, Norberto	Formação de Estado (2007)	Estado Governo e Sociedade
GRAMSCI, Antonio	Sistema Capitalista (2011)	Caderno do Cárcere
DOWBOR, Landeslaw	Economia (2008)	Economia Social no Brasil
KARL, Marx	Mais Valia (1998)	O Capital
Antunes, Ricardo	Crise Estrutural (2006)	Crises do Capitalismo
CASTEL	As Metamorfoses da Questão Social	Desigualdade e a Questão Social
Iamamoto & Carvalho	Dimensões Ético-políticas e Teórico-metodológicas no Serviço Social Contemporâneo (2006)	Projeto Ético Político
Bento, Berenice	Transsexualidade (2017)	O que é Transsexualidade?
CFESS	Código de Ética Profissional (1993)	Práticas Profissionais para Demanda



## 1.8 Orçamento

Gastos	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Xerox	40 C X R\$0,50											R\$ 20,00
Encadernação					3 v x R\$ 3,80					3 v x R\$ 3,80		R\$ 22,80
Livros		R\$45,00	R\$58,00		R\$ 20,00							R\$121,00
Impressões							48 c x R\$1,00		100 c x R\$1,00	100 c x R\$1,00		R\$ 158,00
Tinta de impressora	R\$80,00						R\$80,00					R\$ 160,00
Pacotes de folha sulfite A4 branca	R\$30,00		R\$30,00					R\$ 30,00				R\$ 90,00
Digitalização para o CD					R\$ 25,00							R\$ 25,00
V = VIAS												
					C= COPIAS							
										Total=		R\$ 596,80

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo descreve o referencial teórico utilizado no trabalho, com a finalidade de se obter referências de autores com relação aos assuntos abordados. Está dividido em cinco seções: seção 1, seção 2,

### 2.1 O Que É Transexualidade?

Os Trans são pessoas que não se identificam com seu próprio corpo, homens que nasceram com corpo de mulher ou mulheres que nasceram em corpo de homens, sendo assim, trata-se de uma diversidade de gênero, não necessariamente todo trans é homossexual, eles podem ser heterossexuais, porém se sentem presos em um corpo do sexo oposto ao que se identificam, como relata o filme "A Garota Dinamarquesa" (2016), onde o

ator Eddie Redmayne é uma mulher transexual, casada com a mesma mulher antes de seu renascer como mulher trans.

Onde estão os sujeitos que transitam entre os gêneros ou que reivindicam legalmente a passagem de um gênero para outro? Paulatinamente começam a desaparecer da vida pública para serem encontrados nos compêndios de medicina e nos espaços confessionais das clínicas. O sistema binário (masculino versus feminino) produz e reproduz a ideia de que o gênero reflete, espelha o sexo e que todas as outras esferas constitutivas dos sujeitos estão amarradas a essa determinação inicial: a natureza constrói a sexualidade e posiciona os corpos de acordo com as supostas disposições naturais. (BENTO, 2017, pg. 08).

É necessário conhecer a questão da identidade de gênero para entender a questão do preconceito, desse modo, a própria cartilha nos explica essa questão que ronda a atualidade de forma forte, e frequentemente presente no cotidiano dessas pessoas. O preconceito com a questão de gênero decorre de um país que além de ser conservador tem sua ordem social firmada no binarismo de gênero.

O assunto transexualidade gera muitas dúvidas na questão de o que é o um transexual, travesti e transgênero e quais suas diferenças o CRESS-PR postou em 2017 em sua página um artigo “Serviço Social em Defesa dos Direitos da População LGBT”, que relata as diferenças entre os gêneros, antes de começar a aprofundar no conteúdo da pesquisa é necessário que o assistente social conheça bem sua demanda. Segue abaixo:

- Transexual: Pessoa que possui uma identidade de gênero diferente do sexo designado no nascimento. Homens e mulheres transexuais podem manifestar o desejo de se submeterem a intervenções médico/cirúrgicas para realizarem a adequação dos seus atributos físicos de nascença (inclusive genitais) à sua identidade de gênero constituída. Como relata a foto abaixo como exemplo do filme a “Garota Dinamarquesa” (2016).



Figura 5

- Transgênero: Terminologia utilizada para descrever pessoas que transitam entre os gêneros. São pessoas cuja identidade de gênero transcende as definições convencionais de sexualidade.



Figura 6

- Travesti: Pessoa que nasce do sexo masculino ou feminino, mas que tem sua identidade de gênero oposta ao seu sexo biológico, assumindo papéis de gênero diferentes daquele imposto pela sociedade. Diferentemente das transexuais, as travestis não desejam realizar a cirurgia de redesignação sexual (mudança de órgão genital). Utiliza-se o artigo definido feminino “A” para falar da Travesti (aquela que possui seios, corpo, vestimentas, cabelos, e formas femininas).



Figura 7

Segue abaixo uma tabela LGBT de nomenclaturas de gêneros e sexualidades para curiosidades retiradas do site CRESS- PR 2017.

Drag Queen:	Homem que se veste com roupas femininas de forma satírica e extravagante para o exercício da profissão em shows e outros eventos.
Lesbofobia:	Palavra criada para representar a rejeição e/ou aversão às lésbicas.
Transformista:	Indivíduo que se veste com roupas do gênero oposto movido por questões artísticas.

## 2.2. História Do Início Do Movimento LGBT Por Direitos

O artigo de (Ferraz 2017), para o site Politize vai dar mais clareamento a pesquisa com os relatos da luta da classe LGBT desde antes de Cristo até os dias atuais.

### 1.200 a.C.

Os primeiros registros de homossexualidade ocorre ainda antes de Cristo, onde diversos pesquisadores e historiadores afirmam que a questão de gênero era aceita com naturalidade por várias civilizações. Mesmo assim em alguns países gays, bissexuais, travestis e transexuais foram e ainda são constantemente violentados,



presos e torturados e até mortos sem nenhum tipo de proteção de leis e com omissão do Estado que da invisibilidade para essa população.

## **1919**

Durante o período do nazismo muitos eram levados para campos de concentração para serem torturados, partindo disto foram criados 3 símbolos do movimento (LGBT), utilizados para identificar homens homossexuais com triângulo rosa, triângulo preto marcava mulheres “ditas” e mais tarde foi adaptado para lésbicas e triângulo rosa e amarelo marcava judeus homossexuais, conforme embasa a foto abaixo.

## **1969**

Ocorreu em 28 de junho de 1969 nos Estados Unidos como relata (Ferraz 2017), do site politize, onde gays, lésbicas, travestis e Drag Queens enfrentam policiais iniciando uma rebelião, que da inicio a base necessária para o movimento pelos direitos LGBT nos Estados Unidos e Mundo, que foi mundialmente conhecido como Stonewall Riot que significa em inglês (Rebelião de parede de pedra), a manifestação durou seis dias em protestos as agressões arbitrárias que sofriam da polícia diariamente e revistas humilhantes em bares de Nova Iorque. Episódio marcado até os dias de hoje no dia 28 de junho, Dia Internacional do Orgulho LGBT, comemoração acompanhada de direitos conquistados e de lutas ainda a traçar.

### **2.3. Movimentos Civis E Sociais LGBTs No Brasil**

Os movimentos sociais, em especial os movimentos que são formados a partir de demandas sociais que são chamados grupos de minorias, são estabelecidos na maioria das vezes com discursos e práticas marcados por identidades, sejam elas de caráter étnico-racial, sexual, gênero, classe, e outras. Na última década, os debates e as reivindicações promovidas pelos movimentos sociais, tratam das questões de gênero e sexualidade, tendo destaque não somente no conceito de minoria, mas com a idéia de diversidade sexual e de gênero. As reivindicações tanto dos movimentos feministas, quanto dos movimentos LGBT, especialmente no Brasil, referem-se ao direito do aborto, à união civil e ao casamento entre pessoa do mesmo sexo que já

vem ganhando espaço, ao direito ao pleno atendimento institucional dos sujeitos LGBT, e ao combate à luta pela penalização da violência de gênero, assim como contra a violência e o preconceito em relação à população LGBT. As abordagens teóricas e políticas empregadas pelos grupos sociais que são organizados em torno da questão da diversidade sexual indicam que as estratégias têm se estabelecido no campo jurídico da conquistas de direitos, isto porque, o destaque dos movimentos sociais contemporâneos recai sobre a conquista e do reconhecimento de direitos individuais e sociais.

No final dos anos 1970, surgiu o movimento Somos – Grupo de Afirmação Homossexual – São Paulo, que promoviam a reflexão em torno de uma sociedade sexista, gerando espaços onde a diversidade poderia ser afirmada. O Somos, admitia exclusivamente homossexuais e suas atividades tinham como foco as ‘reuniões de identificação’, onde compartilhavam as experiências pessoais. Uma das suas primeiras propostas foi desconstruir o caráter pejorativo das palavras “bicha” e “sapatão”, sendo um movimento inicial no Brasil, que na época da ditadura realizavam suas reuniões escondidas em casas noturnas, onde tinham como um espaço de resistência e afirmação de sua identidade que não poderia ser mostrada fora daquela esfera.

Foi realizado, em 1979, o primeiro encontro de homossexuais militantes no Rio de Janeiro, cujas resoluções foram a reivindicação da inclusão do respeito à orientação sexual, onde o próprio momento ainda falava em ‘orientação sexual’ nesse momento na constituição federal, uma campanha para retirar a homossexualidade da lista de doenças, ou seja, a luta contra a patologização e a convocação de um primeiro encontro de um grupo de homossexuais organizados, o que aconteceu em abril de 1980, em São Paulo.

No Brasil, na década de 1980, a luta política se deu contra a associação da homossexualidade à AIDS, bem como contra a Classificação Internacional das Doenças (CID), que listava a homossexualidade como uma patologia passível de cura. Como nessa época não havia nenhum movimento de combate à AIDS, o movimento homossexual foi o primeiro a organizar campanhas de combate a doença, propondo ao poder públicas demandas de enfrentamento do vírus e de tratamento da doença e também do indivíduo, já que em alguns casos heterossexuais escolhiam viver no silêncio ao ser tratado da doença.

Diante do crescimento dos casos da doença e da demora em ser produzida uma resposta governamental, os militantes homossexuais foram os responsáveis pelas primeiras mobilizações contra a epidemia, tanto no âmbito da assistência solidária à comunidade, quanto na formulação de demandas para o poder público. Além disso, a chegada da epidemia do HIV/AIDS foi marcada com os nomes: câncer gay ou peste gay.

Nessa mesma década, se inicia a atuação do Grupo Gay da Bahia, que teve uma influência muito grande nesse período, e ainda ajudou o crescimento do ativismo no Nordeste. Entre 1981 e 1985 aconteceu uma campanha nacional coordenada pelo Grupo Gay da Bahia para retirar a homossexualidade do código de doenças do INAMPS (Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social), que estava focado somente no tratamento de doenças e não na prevenção delas, e ainda para aqueles que estavam fora do INAMPS restavam apenas às casas de misericórdia, que podiam ou não atender tais segmentos, conclusão, eram entidades religiosas que dependendo da situação do indivíduo (homossexuais) podiam ou não atendê-los.

No início dos anos 1990, o movimento LGBT cresceu como forma de solução, tornando o Brasil pioneiro na resposta comunitária e governamental à AIDS, os grupos passaram a sistematizar projetos de prevenção financiados por programas estatais de combate à doença, os quais permitiram que alguns grupos se organizassem no formato de organização não-governamental (ONG).

Em 1995, ocorre à fundação da primeira e maior rede de organizações LGBT no Brasil, a ABGLT (Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis), que reuniu cerca de 200 organizações espalhadas por todo o Brasil, sendo considerada a maior rede LGBT na América Latina. A associação promove uma série de ações no âmbito legislativo e judicial, orientadas para acabar com diferentes formas de discriminação e violência contra a população LGBT, além de prevenção e combate a doenças, ela procura fortalecer a população LGBT com garantias de direitos e reconhecimento da demanda.

Nesse período, o Estado já demonstra uma aliança com o movimento social LGBT, propondo uma estratégia de militância começando a instituir políticas públicas no combate à homofobia e na luta em favor dos direitos dos homossexuais. A partir disso, os movimentos homossexuais crescem e se dividem em diferentes grupos marcados pelos gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transsexuais, transgêneros,

cisgênero, transformismo ou cross-dressing, tendo como foco as demandas específicas de cada um desses grupos ou identidades.

Nesse processo de divisão e multiplicação dos grupos sociais de gênero, vão surgindo a importância das siglas, já que a propagação das siglas e a inversão da ordem de prioridade das letras são representativas das lutas, embates e conquistas dos próprios grupos.

A aliança entre o Estado e os movimentos sociais LGBT começou no final da década de 1990, começo dos anos 2000, com o governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que criou secretarias especiais, com estatuto de ministérios, tais como a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SEMP) e a Secretaria de Direitos Humanos (SDH), além de pôr em prática com a ajuda do movimento LGBT o programa 'Brasil sem Homofobia'. O movimento foi conquistando seu espaço e trazendo a visibilidade que precisava para a consolidação de direitos.

## **2.4 Preconceito Religioso E Conservador**

A transfobia é uma atitude de manifestação de ódio, julgamento e violência, muitas vezes por não entenderem a questão que os leva a ter essa insatisfação com o próprio corpo. Alguns praticantes deste ato violento agem com tal propagação de ódio desde seu senso comum, de forma inconsciente ter um pensamento altamente conservador com base religiosa, como a frase: “isso é coisa do diabo”.

“A mulher não se vestirá de homem, nem o homem se vestirá de mulher, porque aquele que tal faz é abominável diante do senhor.”. (ALMEIDA, 2014, pg. 342).

Um preconceito direcionado a transexuais: quando o indivíduo nasce com um gênero e não se sente ele mesmo e decide fazer a transição para o gênero oposto ao qual realmente se identifica; geralmente os travestis se sentem da mesma forma, de que precisam se modificar e usar roupas femininas/masculinas, hormônios e etc. Porém, podem permanecer com o órgão genital. Existem também os transgêneros que podem facilmente ser confundidos com os transexuais, mas existe uma diferença onde o

transgênero tem uma necessidade de se expressar com o sexo oposto (usando roupas, por exemplo), mas sem a necessidade de mudar sua anatomia. Diferente dos transexuais que sentem que seu corpo não corresponde a sua identidade e tem um grande desejo de mudá-lo, por meio de terapia hormonal e cirurgia de mudança de sexo.

“De uma maneira geral, podemos dizer que diferentes culturas e sociedades produziram classificações que deram origem a identidades de gênero, mas também podemos dizer que estas classificações mudam e é isto que apavora principalmente o/às conservadores/as, que desejam que seus privilégios sejam mantidos a qualquer preço.”. (ALMEIDA, 2016, pg. 08).

Os conservadores que olham a homossexualidade como algo pervertido ou pecaminoso acredita que com a aceitação do casamento homoafetivo e entre outros direitos, podem vir a diminuir as doutrinas da família e do casamento. Eles preferem que suas tradições e valores continuem inalterados, e isso os levam a negar a aceitação dos direitos legais dos homossexuais. Falando de um processo sócio histórico, a religião é uma das principais causas que levam o preconceito adiante contra tudo que fuja daquilo que é tradicional, e fortalecendo esse tipo de preconceito.

## **2.5 Mercado de Trabalho**

O preconceito e a discriminação são claramente maldosos e maquiados e o capital totalmente capaz de reverter às situações para uma ilusão positiva. Existem diversas formas de exclusão, raça e gênero são as mais ocorrentes no mercado de trabalho.

“As diversas formas de discriminação estão fortemente relacionadas aos fenômenos de exclusão social que originam e reproduzem a pobreza. São responsáveis pela superposição de diversos tipos de vulnerabilidades e pela criação de poderosas barreiras adicionais para que pessoas e grupos discriminados possam superar a pobreza e ter acesso a um trabalho decente.”. (ABRAMO, 2006, pg.01).

Citando como exemplo as empresas de Callcenter são as que mais empregam pessoas transexuais, e uma das poucas que levam a diversidade como item chave na contratação, sem julgamento por aparência física, estilo, gênero e sexualidade ou classe social. Isso porque é inclusiva ou porque o funcionário fica do outro lado da linha e pouco importa essas questões na hora do atendimento telefônico com o cliente? É algo a refletir, em grandes empresas reconhecidas e até mesmo internacionais não vemos o Trans em cargos altos, na maioria estão presentes em cargos operários, e em outros ramos de empresas não os vê como contratados, somente com mais frequência em empresas de Call Center.

“No Brasil, as desigualdades de gênero e raça não são fenômenos que estão referidos a "minorias" ou a grupos específicos da sociedade. Pelo contrário, são problemas que dizem respeito às grandes majorias da população: segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2003, as mulheres representam 43% da População Economicamente Ativa (PEA) no Brasil e os negros (de ambos os sexos) representam 46%. Somados, correspondem a aproximadamente 70% da PEA (60 milhões de pessoas). As mulheres negras, por sua vez, correspondem a mais de 15 milhões de pessoas (18% da PEA) e, como resultado de uma dupla discriminação (de gênero e raça), apresentam uma situação de sistemática desvantagem em todos os principais indicadores sociais e de mercado de trabalho.”. (ABRAMO, 2006, pg.01).

As mulheres sempre sofreram discriminação, porém, se as negras sofrem duplamente a exclusão, imagine as mulheres transexuais, os desafios diários, ao se almejar um objetivo profissional.

## **2.6 As Transformações Do Mercado De Trabalho**

As variações do mercado de trabalho afetaram a sua forma natural de ser, iniciando-se com mais clareza na década de 1980, que foi quando houve a quebra dos padrões produtivos, trazendo consigo um nível de deterioração aos indivíduos em

seu meio de produção, isso acarretou na destruição das organizações sindicais, resultando no desajuste no padrão tradicional de acumulação. É nessa conjuntura, que (ANTUNES, 2011) mostra a atenção na contradição estrutural entre o capital X trabalho, que estava com uma nova face de acumulação, redirecionando a forma de exploração, enfraquecendo as formas de luta tradicionais. Na sua obra ‘Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho’, (ANTUNES, 2011) faz uma breve crítica ao taylorismo/fordismo, que deixa de ser exclusivo e passa a se misturar com outras formas de acumulação mais frágeis. Fica claro que, para o autor a superação do regime flexível sobre o modo anterior de produção preserva elementos do passado, e introduz processos vinculados com o novo desenvolvimento social em ascensão, ou seja, o modo de produção ‘fordismo’ não desapareceu depois que iniciou-se o ‘toyotismo’, pelo contrário ocorreu um sincronismo entre as formas de exploração e controle dos processos de trabalho.

“Menos do que um modelo de organização societal, que abrangeria igualmente esferas ampliadas da sociedade, compreendemos o fordismo como o processo de trabalho que, junto com o taylorismo, predominou na grande indústria capitalista ao longo deste século.” (ANTUNES, 2011, p.35).

Decerto, essa análise implica na forma de enxergar os desdobramentos das formas de produção, não somente nas suas características produtivas, mas também pelo início de um sistema transformador do controle do trabalho. O autor levanta não somente a expansão da concepção neoliberal que devastou o mundo, mas também ele resgata o debate a respeito da centralidade do trabalho e a utopia de uma sociedade emancipatória do processo degradante dos meios de produção.

(ANTUNES, 2011) busca mostrar que mesmo que o toyotismo tenha se tornado mais tarde, uma forma inserida pela capital no combate ao trabalho organizado, já que a demanda aumentou significativamente a intensificação do ritmo e das funções realizados pelos sujeitos, que mesmo com a aparente redução de horas trabalhadas, pelo menos em alguns setores, não representou uma redução do trabalho, e o autor reforça que não deve considerar o toyotismo como um avanço que se relaciona com a organização societária, já que continua com a valorização do capital e precariza os

sujeitos que nela trabalha. O fato de solucionar os problemas relacionados a acumulação do capital, não significa que haja crescimento nas relações de trabalho, as quais na atualidade são fortemente temporárias e precárias, só observar a terceirização.

Além da diminuição do operariado fabril tradicional, ainda existe um grande crescimento do salário precário, já que está evidente o aparecimento de trabalhos temporários, parciais, terceirizados, informais, constituem essa nova estrutura da era do desemprego estrutural.

“... O trabalho que estrutura o capital desestrutura o ser social [...] O trabalho assalariado que dá sentido ao capital gera uma subjetividade inautêntica no próprio trabalho. Numa sociabilidade superior o trabalho, ao reestruturar o ser social, terá como corolário a desestruturação do próprio capital...”. (ANTUNES, 2011, p.123-124).

Nesse sentido, a superação da exploração do trabalho ganha muita importância, na medida em que o indivíduo não se identifica e não se realiza, apenas tenta sobreviver aos diversos obstáculos que o capital coloca em seu cotidiano. Ou seja, ao produzir riqueza na sociedade dominada pelo capital, o trabalhador também produz as condições de sua própria miséria, à medida que amplia o tamanho do capital, também se amplia o pauperismo do trabalho.

## **2.7 Estado Capitalista**

O desenvolvimento do Estado e sua teorização política ocorreram com várias formas de dominação sobre a classe trabalhadora e a institucionalização do Estado causou grande impacto no pensamento econômico.

“O poder econômico é aquele que se vale da posse de certos bens, necessários ou percebidos como tais, numa situação de escassez, para induzir os que não os possuem a adotar certa conduta, consistente



principalmente na execução de um trabalho útil.”. (BOBBIO, 2007, pg. 82).

Dado assim o conflito de relações entre os que possuem e os que não possuem capital no meio de produção. O Estado desde o início já formava uma classe em prol da burguesia onde os dominantes eram as igrejas (alienação pela fé), donos dos capitais e o Estado, do outro lado a população dominada e explorada pelo seu trabalho como forma e garantia de sobrevivência. O poder da classe dominante sempre fez a maquiagem de que as classes dominadas acreditassem que seus interesses eram os interesses das classes dominantes só pelo fato dos princípios, que são religiosos ou preconceituosos, baterem com ambas as classes, mas isso não faz com que ambos sejam iguais.

“Desde o governo, os fascistas elaboraram o texto de modificação da lei eleitoral (reforma Acerbo), 27 assegurando-se assim o pleno sucesso nas eleições. No dia 6 de abril de 1924 há eleições num clima de violência.”. (GRAMSCI POR DIEGUES, 2011, pg.26).

Marx identificava o Estado repressivo, o que posteriormente Gramsci (2011) nomeia de sociedade política, que utiliza como modo de dominação e coerção da classe burguesa o que deve ser transformada, pois um Estado não pode governar apenas para uma classe e sim para todas, de forma justa sem desigualdade.

“Em outras palavras, compreende-se que esses marxistas buscam o fim do Estado opressor e particularista que é subjacente á sociedade burguesa, e não o fim da organização estatal propriamente dita, o fim da regulação, do "contrato social".”. (ADAMS, 2006, pg. 240).

O marxismo tem como meta de transformação o resgate do real sentido do Estado na sociedade tendo em vista as ideias de ética e democracia para todos.

## **2.8 Economia Social**

De acordo com Dowbor (2008), as relações de diferença salarial entre homens e mulheres são muitas vezes bem visíveis, mas para a sociedade culturalmente conservadora assim é o correto, pois o homem é quem trás o sustento da casa, mas a realidade brasileira é bem diferente do que a lenda que o conservadorismo prega, pois, na maioria das famílias, inclusive das comunidades, são as mães solteiras ou abandonadas por seus parceiros, que são a chefe de família, às vezes a única a renda da família porque nem pensão o pai paga (isso quando registrava o filho).

Abrindo esses parênteses na pesquisa para apontar que o mercado em si, contrata mais homens e a questão salarial com diferenças absurdas, não por falta de capacidade criativa e produtiva e sim, pela cultura de que o homem é o provedor. Pensem na batalha em que os transexuais se enquadram se o mercado de trabalho, além de fazer diferenças delineia-se a mais valia selecionando por aparência, que na verdade é o preconceito escondido, com a frase "você não se enquadra às necessidades da empresa" ou "não pode exercer esse cargo". Por outro lado, a pessoa é transexual e a empresa é conservadora/preconceituosa, como foi o caso que ocorreu em uma das empresas de Call Center.

“... De um modo geral, a composição da distribuição ocupacional por gênero reflete aos movimentos líquidos das tendências conjunturais e, em longo prazo, dos ajustamentos da economia as transformações tecnológicas e da estrutura produtiva, que se apresentam de forma diferenciada regionalmente, de acordo com os impactos espaciais de políticas econômicas, associados a fatores culturais específicos, que se traduzem em padrões particulares de segmentação...”. (DOWBOR, 2008, pg. 285).

Avaliando a conjuntura da sociedade como diz na citação, regionalmente são diversos fatores que impactam nas desigualdades salariais de homens e mulheres e o ingresso do trans no mercado de trabalho em cargos grandes, pois o problema não é formação superior pois, em Instituições de formação superior temos alunos e alunas que são transexuais e muitos que já formados exercem cargos públicos. Então, o fator se chama preconceito da parte de algumas instituições, por este motivo muitos trans não alcançam o mercado de trabalho, já que o transexual já pode ingressar nas forças

armadas, polícia militar, prefeituras. Se os órgãos públicos são desprovidos de preconceitos, porque as empresas privadas continuam reforçando a exclusão com o público trans?

## 2.9 Exploração Pela Mais Valia

Uma das obras mais conhecidas de Karl Marx (1998) é a "Mais Valia" que se expressa na relação entre capital x trabalho. A mais valia é dividida em duas partes, mais valia absoluta, que é quando o operário trabalha em uma jornada de horas, que se for calculado a mão de obra na produção desde o início da matéria prima resultaria desigualdade entre o trabalho e o salário.

“A produção da mais valia absoluta se realiza com o prolongamento da jornada de trabalho além do ponto em que o trabalhador produz apenas em equivalente ao valor de sua força de trabalho com apropriação pelo capital desse trabalho excedente.”. (MARX, 1998, pg.78).

A mais valia relativa, é aplicada no uso de tecnologias na produção. Aumentando o número de máquinas no processo de produção, sem aumentar o salário dos trabalhadores, nessa linha de pensamento contínuo permanecendo com os mesmos trabalhadores, porém com mais máquinas, aumentando o meu lucro e produtividade sem precisar ajustar os salários dos trabalhadores.

“O aumento do tamanho da máquina de trabalho e da quantidade de suas ferramentas simultaneamente operantes requer um mecanismo motor mais volumoso, e tal mecanismo, a fim de vencer sua própria resistência, necessita de uma força motriz mais possante do que a humana, desconsiderando-se o fato de que o homem é um instrumento muito imperfeito para a produção de um movimento contínuo e uniforme.”. (MARX, 1998, pg. 553).

Um dos contextos aprofundados por Marx foi o da alienação, um processo que leva à desumanização do ser humano.

“O processo por meio do qual a essência humana dos operários se objetiva nos produtos do seu trabalho e se contrapunha a eles por serem produtos alienados e convertidos em capital.”. (MARX, 1998, pg. 27).

Isso descreve que, os homens perdem-se a si mesmos em seu trabalho favorecendo apenas um lado, o lado do capital, dominando a produção e o trabalhador. Marx (1998) considerava o trabalho a mais importante expressão da natureza, e quando o homem perdia o controle sobre ele, entrava em um processo que conduziria à sociedade a uma pobreza em meio à plenitude, antagonismo social e luta de classes.

## **2.10 As Metamorfoses Da Questão Social**

Castel (1998) coloca que a sociedade necessita do social para que não haja a dominação perversa da classe dominante, como é atualmente o cenário brasileiro no antigo governo do ex-presidente Temer, onde foram congelados os investimentos na saúde e educação por 20 anos, sendo assim, tentando lentamente excluir o social, governando apenas com interesse monetário. No Brasil, a exploração esteve presente desde a época de Cabral, e com isso tem crescido outras formas de expressão social, um exemplo são famílias de classe média alta chegando à alta pobreza pela primeira vez.

“Uma sociedade sem social seria inteiramente regida pelas regulações da sociabilidade primária. Entendo por isso os sistemas de regras que ligam diretamente os membros de um grupo a partir de seu pertencimento familiar, da vizinhança, do trabalho e que tecem redes de interdependência sem a mediação de instituições específicas.”. (CASTEL, 1998, pg.48).

(CASTEL, 1998) traz a importância do fortalecimento de vínculo, seja por família sanguínea ou não, e também as diversas formas de estruturas regionais que influenciam no desenvolvimento do preconceito. A exclusão vem se fortalecendo pouco a pouco, definindo todas as formas de miséria do mundo.

## **2.11. Avanços Dos Direitos Sociais**

Segundo informa o Caderno 4 Transfobia (CFESS, 2016, pg.13), além do cartão do SUS na política de saúde, o direito do nome social vem sendo reconhecido por meio de portarias, resoluções, decretos e outros documentos públicos, tanto na esfera federal, quanto em alguns Estados e municípios do país.

“O CFESS, por meio da Resolução nº 615/2011, também possibilitou, a assistentes sociais travestis e transexuais, a utilização do nome social em seus documentos profissionais, incluindo as carteiras profissionais. Embora as pessoas trans tenham sido historicamente tratadas como doentes psiquiátricos e/ou desviantes (não apenas pela biomedicina, mas pela sociabilidade cotidiana), quando você busca conhecer com profundidade e de forma crítica esta parte da população usuária, observa que está diante de variações do comportamento social e não de doenças.”. (ALMEIDA, 2016, pg.13).

Socialmente o transexual encontra várias dificuldades em todos os aspectos de sua vida, começando pelo mercado de trabalho onde são induzidos na maioria das vezes a um trabalho sexual, mesmo esse não sendo seu objetivo. Acontece que devido à discriminação é difícil no mercado de trabalho encontrar espaço, já que as instituições têm a tendência de dificultar a inserção de um trans em seu estabelecimento. Na reportagem de Renner sobre a empresa de Call Center que já segue o nome social nos crachás. Uma das empresas de Call Center que mais contrata Transexual e Travestis e visa eliminar constrangimentos que os Trans venham a ter como, por exemplo, os Trans que ainda permanecem com o nome do sexo oposto nos documentos.

“De acordo com a Atento, 180 dos mais de 90 mil funcionários da Atento optaram pelo nome social desde a implantação do projeto em junho de 2014.”. (RENNER 2015).

O nome social é como um dos passos principais para o trans como um novo nascimento, o fim do “eu” cidadão invisível para o “eu” cidadão de direitos perante a sociedade, é um passo pequeno perto de tantas outras batalhas a se traçar, mas é um marco inicial que motiva e traz força para o indivíduo e para a luta.

## **2.12. A Transfobia e o Serviço Social**

Seguindo o Código de Ética profissional do Assistente Social:

“Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças.”. (CRESS, 2011. pg.23).

Dentro da profissão o assistente social vai buscar o respeito e defender todas as especificidades de cada usuário, trabalhando a diminuição de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito e buscando integrar socialmente essa parte da sociedade que é discriminada e excluída, devido a suas diferenças e um preconceito altamente enraizado. Sempre buscando que cada sujeito tenha seus direitos garantidos, contribuindo para a garantia de uma vida melhor em sociedade.

“É importante destacar que o que estas pessoas, com muita frequência, esperam do/a assistente social não é muito diverso do que o conjunto da população usuária espera: que favoreçam seu acesso a direitos e serviços.”. (ALMEIDA, 2016, pg. 16).

Como todo o restante da sociedade, vai ser esperado do assistente social essa luta contra a discriminação e violência, diminuindo a opressão que é enfrentada

socialmente. O assistente social como profissional também pode trabalhar não somente com o usuário transexual, mas com a família do mesmo, na dificuldade da aceitação e da garantia de seus direitos sociais, e a conscientização sobre a violência gerada pela sociedade. Será necessário esse acompanhamento do trans, e em alguns casos da sua família, para que seja possível a compreensão dessa identidade sexual ou de gênero, fazendo uma desconstrução desse preconceito também no contexto familiar.

Essa discriminação talvez esteja enraizada no conservadorismo que imergem o corpo social, e do individualismo da sociedade burguesa. Tratar tal manifestação como algo característico é desvalorizar toda uma batalha que vem sendo enfrentada socialmente, que inclusive afeta diariamente o cotidiano dessa parte da sociedade. É necessário sempre se lembrar do Código de Ética do Assistente Social, como citado anteriormente, o transexual assim como todos os usuários devem ser protegidos conforme a lei e ter seus direitos garantidos, permanecendo o direito de ter uma vida digna, como todos os cidadãos.

### **2.13 Ação Do Assistente Social Perante A População Transexual Em Vulnerabilidade**

O serviço social vai ser uma das portas na execução das políticas públicas para garantia de direitos da população trans. Um exemplo disso são os Centros de Cidadania LGBT da cidade de São Paulo, nesses centros a população transexual atendida vai ter acesso a atendimento em casos de violência, preconceito e discriminação, prestação de apoio jurídico, psicológico e do serviço social, com as orientações necessárias.

Esses Centros têm como objetivo conciliar a rede municipal de São Paulo para a proteção social e a promoção de direitos, prestando orientações à população LGBT em situação de vulnerabilidade social, especialmente as regiões mais afastadas do Estado. A implementação decorreu através da SMDHC (Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania), para que possa reestruturar o combate a homofobia que vem crescendo no Estado. Esse projeto em primeira etapa, teve que organizar através de serviços, equipes capacitadas, visando um suporte de atendimento e

encaminhamento a órgãos públicos de referência. Após esta etapa, as Unidades Móveis de Cidadania LGBT surgiram para aumentar o alcance das políticas públicas fornecidas por cada Centro, colaborando também para a articulação com suas respectivas zonas de atuação e aproximando a população dos serviços especializados.

De acordo com o Edital de Chamamento Público SMDHC nº 001/2017 da Prefeitura Municipal de São Paulo:

“O intuito é continuar a desenvolver ações de inclusão escolar, formação e preparação profissional, bem como realizar diálogos sobre cidadania, visando à recuperação de oportunidades e trajetórias de vida para travestis e transexuais em situação de vulnerabilidade social.”. (SMDHC, 2017, pg. 32).

A finalidade do Chamamento Público é a seleção de propostas para a celebração de parceria com as organizações da sociedade civil, por intermédio da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, por meio da formalização das ações de promoção da população trans.

Além disso, vão existir as palestras, realização de debates e seminários. O enfrentamento feito pelo assistente social vai ter interesse em mostrar ao trans seus direitos e deveres, e também acolher esse usuário de forma humanizada.

É possível observar que existem diversas formas de intervenções do assistente social perante a população trans: debatendo sobre o assunto, fazendo palestras já que é necessário o tema ser abordado para melhor enfrentamento, mas também o apoio dos direitos nos casos de violência, os apoios psicológicos e toda a orientação que esse usuário vai precisar em uma situação de vulnerabilidade.

É importante reafirmar a desconstrução da ideia de intervenções e estudos conservadores que mostrem opressão ao transexual, fortalecer a criação de estratégias de enfrentamento contra a transfobia institucional e estimular debates sobre as diversas formas de violências e discriminações enfrentadas pelos trans em seu cotidiano. O Serviço social também vai defender o nome social e o reconhecimento da livre identidade de gênero.



As possíveis formas de ação do assistente social são inúmeras e ao mesmo tempo restritas, isso porque dependem do perfil do profissional e das suas condições de intervenções, porém, o profissional possui competência teórica e metodológica suficiente para trabalhar com essa população.

## **2.14. Serviço social e a atuação na inclusão de direitos aos transexuais**

Na série “assistente social no combate ao preconceito” do CFESS tem como foco e objetivo que o profissional assistente social tenha uma maior compreensão dos vários tipos de preconceito e como eles são gerados para que haja uma maior efetividade no enfrentamento deles.

“A ideia é provocar a reflexão e contribuir para as estratégias efetivas de enfrentamento da reprodução do preconceito, chamando a categoria à responsabilidade ética na defesa do projeto ético-político.”. (CFESS, 2016, pg. 06).

O preconceito, segundo a série do CFESS, é expressão dos ideais conservadores e mais ainda resultado da maior exploração do trabalho pelo capital. Dessa forma, o profissional de serviço social deve enfrentar essas expressões do conservadorismo e buscar uma nova ordem societária, que seja mais igualitária e justa.

É necessário conhecer a questão da identidade de gênero para entender a questão do preconceito, desse modo a própria cartilha nos explica essa questão que ronda a atualidade de forma forte e frequentemente presente em nosso cotidiano. O preconceito com a questão de gênero decorre de um país que além de ser conservador tem sua ordem social firmada no binarismo de gênero.

”O binarismo de gênero é uma ideologia constituída pela afirmação de que mulheres e homens são radicalmente distintos e que esta distinção está fundada nos corpos biológicos e que, portanto, ela é imutável e inquestionável.” (CFESS, 2016, pg. 09).

A cartilha deixa claro que não é negada a existência das diferenças biológicas, mas ela quer deixar nítido que essa não é uma verdade absoluta e que ainda existe a questão social a ser observada. O binarismo sustenta o preconceito existente entre os homens e as mulheres, favorecendo os homens e o que é associado a eles e desvalorizando a mulher e o que é associado a elas. Ou seja, além das mulheres já serem diminuídas pela sociedade que tem seu ideal conservador, os travestis, os homens transexuais e as mulheres transexuais também sofrem um preconceito ainda pior por estarem associadas ao feminino.

O preconceito gerado por esses ideais conservadores é expresso de diversas formas, como no pauperismo, na violência física, na morte, no abandono, na discriminação e etc. No início, as pessoas trans chegavam a ser submetida a encarceramento em hospitais psiquiátricos, a medicalização forçada e até a supressão dos direitos que já haviam conquistados como cidadãos.

## **2.15. Transexual no mercado de trabalho**

A luta dos transexuais mesmo que pareça lenta já conseguiu grandes avanços comparando com outras lutas. Algumas empresas que seguem de forma respeitosa a diversidade têm aceitado e apoiado muitos trans a crescerem e se firmarem no mercado. Porém a sociedade ainda tem muito preconceito na questão de gênero, o país está diante de um fenômeno cultural e com muitas transformações no mercado produtivo onde a mulher tem ganhado espaço e aos poucos as mulheres transexuais também.

“... De um modo geral, a composição da distribuição ocupacional por gênero reflete os movimentos líquidos das tendências conjunturais e, longo prazo, dos ajustamentos da economia as transformações tecnológicas e da estrutura produtiva, que se apresentam de forma diferenciada regionalmente, de acordo com os impactos espaciais de políticas econômicas, associadas a fatores culturais específicos que se

traduzem em padrões particulares de segmentação.”. (DOWBOR, 2008, pg. 285).

Homens com sexo biológico feminino (homens transexuais) já podem se alistar no exército com registro civil alterado, alistamento precisa ser feito após mudança do sexo; mulher trans está dispensada do serviço militar, pela área militar ser uma população mais conservadora, esta reportagem de (JANSEN, 2018), significa um grande avanço na luta por direitos dos trans.

Em janeiro deste ano, alguns bancos passaram a seguir o uso de nome social, para funcionários transgêneros, em crachás, cartões e e-mail (OLIVEIRA, 2018), as empresas de Call Center foram uma das primeiras a aderir à mudança (RENNER, 2015).

“A identidade do nome social é vinculada com a identidade civil original [...] Em âmbito federal, o Decreto nº 8.727, da Presidência da República normatizou o uso do nome social pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.”. (GOMES, 2016).

De acordo com a reportagem de (OLIVEIRA 2018) o momento da mudança do nome social é o que realmente causa a sensação para o trans de que agora “sou quem realmente sou” como relata uma das mulheres trans quando foi chamada pelo seu novo nome que a representa.

“Ela diz que só foi possível afirmar sua nova identidade de gênero por ter recebido apoio e aconselhamento da empresa por quase um ano.”. (OLIVEIRA, 2018).

Quando há apoio e acolhimento da empresa na aceitação da identidade do funcionário é muito significativo, pois possibilita o primeiro reconhecimento do trans no seu meio de trabalho, onde não há barreiras impedindo que o mesmo continue vivendo a mercê das vontades da sociedade. Se o empregador abre a possibilidade de integração de

mudanças, como empregar trans e até mesmo fazer com que eles sejam reconhecidos pelo seu nome social, faz com que outros empregadores e o restante da classe trabalhadora repensem e comece a ver que o trans é uma pessoa “normal”.

## **2.16. A exclusão e exploração no mercado de trabalho**

As jornadas de trabalho nas empresas de Call Center são curtas, porém relatam certo desgaste emocional e psicológico por conta das inúmeras ligações atendidas, e problemas a solucionar. No texto de ANTUNES (2006, pg. 54) "Adeus ao trabalho" fala sobre a forma produtiva do taylorismo, a mesma que as empresas de Call Center utiliza em seu meio de produção e das substituições de produção viva (humanos), por máquinas.

“Como o capital tem um forte sentido de desperdício e de exclusão, é a própria centralidade do trabalho abstrato que produz a não centralidade do trabalho, presente na massa dos excluídos do trabalho vivo.”. (ANTUNES, 2006, pg.11).

O serviço social possui duas fontes a ser trabalhadas em cima da questão do transexual no mercado de trabalho uma delas é muito conhecida o "capital" outra é a questão do preconceito. O trabalho é um fenômeno social que nunca deixou de ser estudado pela profissão desde quando os escravos foram libertos e jogados à própria sorte, porém a exclusão dele é uma realidade no Brasil, visando o olhar capitalista que tem investido apenas em tecnologias, 3D e outros, tudo de forma substitutiva a mão de obra humana, na contemporaneidade os transexuais que são uma nova geração empoderada que vem se destacando por suas lutas para conquistar seu espaço, já sofria com a exclusão de mercado.

## **3. ABORDAGEM METODOLÓGICA**

Neste capítulo está descrito a abordagem metodológica

### 3.1. A questão social no Brasil

A questão social nasce do processo de formação da classe operária e sua luta por reconhecimento no cenário político e social por parte do Estado e da sociedade. É a expressão da relação entre o proletariado e a burguesia, sendo que não pode mais ser tratado na base da caridade e da repressão como é era tratada no início. A questão social pode ser explicada pelo processo de acumulação e/ou reprodução ampliada do capital. É um processo que visa a utilização das tecnologias para ampliar a produção de mercadorias sendo que seja necessário um tempo menor de trabalho para isso. Acaba criando, dessa forma, uma população trabalhadora excedente, já que o mercado de trabalho não aumenta de acordo com a produção do capital. O desemprego se torna então uma das várias expressões que a questão social pode mostrar.

*O caráter conservador do projeto neoliberal se expressa, de um lado, na naturalização do ordenamento capitalista e das desigualdades sociais a ele inerentes tidas como inevitáveis, obscurecendo a presença viva dos sujeitos sociais coletivos e suas lutas na construção da história; e, de outro lado, em um retrocesso histórico condensado no desmonte das conquistas sociais acumuladas, resultantes de embates históricos das classes trabalhadoras, consubstanciadas nos direitos sociais universais de cidadania, que têm no Estado uma mediação fundamental (IAMAMOTO, 2006., pg. 2).*

É errado ver a inserção de tecnologias nas formas de produção como algo ruim e que gera o desemprego, na verdade a tecnologia ajuda muito na diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário que o trabalhador precisa, sendo bom para o seu bem-estar. O problema é que existe a mais-valia que o capital quer extrair do trabalho dos operários. A mais-valia é quando o trabalhador recebe um valor menor que o correspondente ao seu trabalho realizado. Dessa forma, é evidente a relação existente na reprodução da riqueza pela burguesia com a

reprodução da miséria. Ou seja, se reproduz riqueza na mesma proporção que se produz miséria. Surge no século 19 o pauperismo com o decorrer do desenvolvimento capitalista, sendo uma das primeiras expressões da “questão social”. De acordo com Soares (2012, p.28), "Sob o formato da grande indústria, aprofunda a vigência e capilaridade de suas leis fazendo emergir, no século XIX, o pauperismo". Tem-se então o marco histórico do conjunto de fenômenos que, incluindo o pauperismo, mas também se reproduzindo para além dele, se considera aqui como gênese da “questão social”.

Em 1830 começa a história da apropriação primitiva do capital, sendo esse um período onde a maioria da população vivia da agricultura e não era assalariada. Esse ano marcou na Europa uma grande mudança, onde o povo começa a ser expropriado de suas terras para se tornarem trabalhadores assalariados. Foi um processo muito sofrido para os trabalhadores daquele período histórico, sendo criadas leis que utilizavam a tortura como modo de repressão para aqueles que se revoltasse contra a nova ordem do capital. Segundo Soares (2012, p.34), “Outro conjunto de leis foi necessário nesse momento para, de modo coercitivo, dar início à intensa exploração do trabalho a que esses assalariados foram submetidos. Trata-se de um conjunto de leis que mantinham baixos os salários e estendiam a jornada de trabalho, originando a mais-valia absoluta como importante condição para a chamada acumulação primitiva e também para a fase manufatureira do capital, de um modo geral”.

### **3.2 O serviço social x questão social gênero e sexualidade**

No Brasil, esta ocorrendo uma crise do capital que por conta do Estado acaba sendo expresso por uma crise civilizatória que divide o Estado Democrático de Direitos com a diminuição de direitos e contrarreformas, conseqüentemente aumentando o

desemprego e a degradação do trabalho atingindo as condições de vida da classe trabalhadora, principalmente os mais explorados como as pessoas negras, mulheres e LGBTQs. O contexto da crise do capital provoca uma disputa que avança cada vez mais o conservadorismo em suas diversas faces, como o machismo, a misoginia, o racismo, a transfobia, a intolerância religiosa e outros.

É nesse sentido que pode-se compreender que o campo de atuação profissional com as pessoas trans imprime novas demandas à profissão de Serviço Social como, por exemplo, atuar no enfrentamento à transfobia, ao sexismo e na promoção da cidadania do público trans, podendo também intervir nas novas configurações e nas diversas expressões da questão social, principalmente as discriminações de gênero, já que se pode considerar “gênero” como uma categoria que deve ser tratada com cuidado, precisando então acompanhar a realidade em movimento. Tal realidade que são designadas pelos próprios sujeitos sob diferentes signos identitários, apresentando-se como pessoas transgêneras, travestis, transexuais, e dentre outras formas de auto reconhecimento que compõem as possibilidades de pertencimento de gênero. Na cena pública atual, alguns ativistas têm optado o neologismo “transvestigeneres” no sentido de atender em um único termo, a população travesti, transexuais e transgêneros, embora a palavra “trans” seja muito usada para compor esse público.

É muito importante que se saiba diferenciar a identidade sexual de identidade de gênero, para que possamos reconhecer a problemática que se relaciona com as discriminações que as pessoas trans sentem. Embora gênero e sexualidade é muito fácil de ser confundindo, já que elas estão profundamente inter-relacionadas em linguagem prática. As identidades sexuais se estabelecem pela maneira como as sexualidades são vividas, se é com parceiros do mesmo sexo, do sexo oposto, de ambos os sexos ou sem parceiros. As identidades de gênero se estabelecem como os sujeitos se identificam socialmente e historicamente, como seres masculinos ou femininos.

O termo *transgênero* ainda é polêmico no Brasil, ele foi importado dos movimentos sociais norte-americanos na década de 90 e foi atribuído no sentido de reunir uma diversidade de formas de viver o gênero, como travestis, transexuais, crossdressers e transformistas.

A travesti, é aquelas pessoas que nasce com a genitália masculina, mas sua expressão de gênero não condiz com as expectativas que a sociedade impõe, é por esse motivo que elas escolhem viver socialmente como o gênero feminino, inserindo em seus corpos símbolos que socialmente são atribuídos ao universo feminino. Vestem roupas, calçados, bolsa e acessórios femininos e muitas delas investem em recursos estéticos para se sentirem bem. Por esse motivo elas desejam ser reconhecidas pelo seu nome social, e muitas ainda acrescenta que não querem ser mulher, mas se percebe como feminina por considerarem a identidade travesti uma expressão do feminino.

As pessoas transexuais são aquelas que nascem com uma determinada genitália podendo ser feminina ou masculina, mas sentem pertencente ao gênero oposto à genitália do seu nascimento. Sua identidade social não corresponde com o seu corpo biológico, então é nesse momento que mulheres transexuais buscam introduzir em seus corpos signos femininos, e homens transexuais também buscam esse mesmo objetivo. Por isso muito escolhem fazer transformações corporais, como por exemplo, cirurgia de mudança de órgão genital, uso de recursos biomédicos e cirurgias plásticas. No entanto, esses desejos de mudanças em seus corpos não se cabem a todos os transexuais, pois não são apenas aquelas pessoas que fizeram a cirurgia de transgenitalização, já que uma cirurgia não vai definir que é ou não transexual, mas sim seu anseio de pertencer ao gênero.

Homens e mulheres transexuais requerem o uso de seu nome social, ele designa o nome de preferência do sujeito de direito em seu convívio social e comunitário, e trata-se de um direito que poucos sabem, mas vem tendo ações do legislativo, do executivo e do judiciário. Isso rompe com a ideia de que a pessoa nasce com uma genitália e necessariamente tem que viver de acordo com isso, tendo a chance de romper com os padrões impostos socialmente que reproduzem que a anatomia da genitália é o único disparador para definir o que é ser um homem, ou o que é ser uma mulher. Os processos de identidade, se refere às questões ligadas ao próprio auto reconhecimento, e as lutas dos movimentos sociais contribuem muito com isso, como por exemplo o movimento feminista, o movimento negro e o LGBT. Desse modo, vem o sentimento de pertencimento a determinados grupos e modos de vida, que acaba por constituir o sujeito, considerando também que não pode dissociar



o indivíduo da sociedade, pois os sujeitos se constituem pelas relações sociais, pela classe, raça, etnia e outros.

É necessário acentuar, que ao se tratar de identidade estamos nos remetendo a diferença, a diferença é ensinada, ela não pré existe nos corpos dos indivíduos, ela é simplesmente atribuída a um sujeito no momento em que nos relacionamos com eles. Esse processo de diferenciação não é somente encará-los como um processo de desigualdade e opressão, mas também como uma afirmação de identidade e diversidade.

É possível perceber que as discriminações e violências vividas pela população trans se espalham em diversos ambientes e de diferentes formas, seja no contexto familiar, nas relações comunitárias, nas escolas e universidades, nos equipamentos públicos, principalmente unidades de saúde, nas ruas e principalmente no ambiente de trabalho, que por muitas vezes acarretar em demissão em razão das transformações corporais, no momento da admissão, pois se nega o direito de acesso ao trabalho, como no contexto das relações interpessoais, isolamento social, perseguição e rejeição. Por exemplo, segundo Lam Matos em uma entrevista para o artigo “Transexuais: transpondo barreiras no mercado de trabalho em São Paulo?”, ela foi barrada em uma loja do shopping em que foi fazer uma entrevista de emprego, ela concorria com mais três meninas que não tinham experiência, apenas ela tinha, mas por conta de ser trans não foi aceita.

O debate de diversidade de gênero possui uma imensa relevância para o Serviço Social, tanto no ponto de vista da sua *práxis* quanto no ponto de vista da produção intelectual do profissional, principalmente por ainda ser um assunto com pouca visibilidade. A diversidade de gênero ou identidade de gênero é uma discussão bastante recente, que nos permite entrar ao assunto de transexualidade e travestilidade, ampliando o debate da questão de gênero, principalmente da mulher. No que se refere ao Serviço Social, essa discussão aparece mais diretamente a partir de 1993, com a Lei de Regulamentação da Profissão, com a Lei Orgânica de Assistência Social e o Código de Ética. A lei que rege o código de ética do Assistente Social é a lei 8.662/93 de Regulamentação da Profissão e a que regulamenta a Lei Orgânica é a lei Lei 8742, de 07.12.1993.

Por conta disso, houve a realização do primeiro Seminário Nacional intitulado Serviço Social e Diversidade Trans, realizado pelo CFESS em junho de 2015, no qual debateu

a atuação da categoria profissional de assistente social frente a população trans, sendo assim pouco a pouco esse tema vai ganhando espaço.

O que vem ganhando extensão é a expressão da responsabilidade pública com o enfrentamento do fenômeno da LGBTfobia, por meio do Brasil Sem Homofobia (2004), do Programa Rio Sem Homofobia (2007), e de outros documentos e iniciativas de instâncias governamentais. O contexto de introdução de profissionais nesse campo, principalmente os assistentes sociais, se deu por conta das ONGs vinculadas à militância LGBT, que por algumas vezes se vinculou com as esferas estatais. No cenário atual, nos faz refletir sobre a atuação dos profissionais inseridos na área, com o objetivo de inserção no mercado de trabalho garantindo seus direitos. Dessa maneira, é necessário destacar que no Código de Ética do Profissional, existem princípios fundamentais para a profissão, em especial alguns deles (princípio VI, VIII e XI) fala do empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, construção de uma nova ordem societária sem dominação/exploração de classe, etnia e gênero, e o profissional não pode ser discriminado nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, nacionalidade, religião, orientação sexual e identidade de gênero, idade e condição física. O Serviço Social vem consolidando o compromisso do ponto de vista ético-político com a livre expressão sexual e de gênero, portanto devemos contribuir com a diversidade humana com valor emancipatório.

Ao tratar das discriminações que as pessoas trans sofrem na teia social, como novas manifestações da questão social, já que são novas determinações da questão social, porém que foi atribuída pelo mesmo contexto histórico que é a exploração do sistema capitalista. Por isso podemos considerar, que os processos de opressão, desigualdade, negação de direitos, discriminação que aparecem no cenário social das pessoas trans, que combinada com a categoria explorada, pode surgir então uma nova expressão da questão social, determinando novas realidades.

Tendo em vista essas transformações, não se pode ignorar a inclusão da população trans no mercado de trabalho, pois por serem consideradas diferentes acaba se tornando uma população sobrando, não empregável, que transita às margens do trabalho passando por uma permanente instabilidade. Infelizmente a condição de subalternidade ainda é naturalizada, consequência de processos de dominação e exploração.

A classe trabalhadora tem cor/raça, orientação sexual, religião, deficiência, a classe trabalhadora tem escolhas e autonomia de sua vida, por conta disso o profissional de Serviço Social está comprometido com essa classe, para que acabe de vez com esse ciclo de dominação-exploração.

### **3.3 Qual o trabalho do assistente social frente à inclusão de direitos sociais da População trans?**

Quanto ao convívio em sociedade segue alguns principais princípios da resolução na página 2 que defende os direitos dos trans:

RESOLUÇÃO CFESS Nº 845, de 26 de fevereiro de 2018.

Art. 1º As(Os) assistentes sociais deverão contribuir, no âmbito de seu espaço de trabalho, para a promoção de uma cultura de respeito à diversidade de expressão e identidade de gênero, a partir de reflexões críticas acerca dos padrões de gênero estabelecidos socialmente.

Em sociedade ou no mercado de trabalho deve ser garantido o direito de expressão de seu gênero e propagado o respeito e diversidade sem críticas apenas, compreensão que ali está um profissional independente da sua escolha de gênero. O papel do assistente social é contribuir para esta quebra de preconceito cultural que há desde o processo seletivo até o momento em que o trans já é contratado.

Art. 2º É competência da/o assistente social prestar acompanhamento a sujeitos que buscam as transformações corporais em consonância com suas expressões e identidade de gênero.

Seja em um atendimento no CRASS, SUS, CREAS o assistente social tem como atribuição orientar o trans neste momento de transformação corporal, são muitos medos, envolvimento da família, trabalho, ou até mesmo abandono dos familiares este

processo de transformação ocorre uma série de fatores e esse acompanhamento do Serviço Social é imprescindível neste momento de decisão.

Art. 7º É dever da(o) assistente social defender a utilização do nome social das(os) usuárias(os), na perspectiva do aprofundamento dos direitos humanos.

Dentro do mercado de trabalho ou nos órgãos públicos é necessária a fiscalização da lei do nome social para que não haja nem direito violado. Porém muitas empresas já utilizam o nome social, em especial a cidade de SANTOS.

Art. 8º Cabe à (ao) assistente social atender e acompanhar crianças e adolescentes que manifestem expressões de identidades de gênero trans, considerando as inúmeras dificuldades que enfrentam no contexto familiar, escolar e demais relações sociais nesta fase peculiar de desenvolvimento na perspectiva do Código de Ética Profissional da(o) Assistente Social.

No âmbito infantil também se expressa a necessidade do assistente social acompanhar processo de transição de gênero e acolher a família no sentido de orientar sobre essa nova fase de mudança. Já na fase adulta os conflitos familiares, violência doméstica, direitos violados e a aceitação do próprio trans em entender que é trans e se aceitar também é uma situação que pode vir a ocorrer por isso à necessidade também de atuar em equipe multidisciplinar nos CRASS, E CREAS com assistentes sociais e psicólogos.

### **3.4 Possíveis Caminhos para a Superação do Preconceito na Saúde**

A transexualidade tem sido um dos assuntos mais atuais no objeto de políticas públicas, principalmente no campo da saúde, e uma das dimensões que configuram a área da saúde, é a forma como a transexualidade é percebida pelos profissionais, já que essa percepção pode ser influenciada na direção e na qualidade da atenção integral à saúde.

Nesse processo estão sendo implantadas ações para evitar a discriminação contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais nos espaços e no atendimento dos serviços públicos de saúde. Este deve ser um compromisso ético-político para todas as instâncias do Sistema Único de Saúde (SUS), de seus gestores, conselheiros, de técnicos e de trabalhadores de saúde (MINISTÉRIO DA SAÚDE 2013).

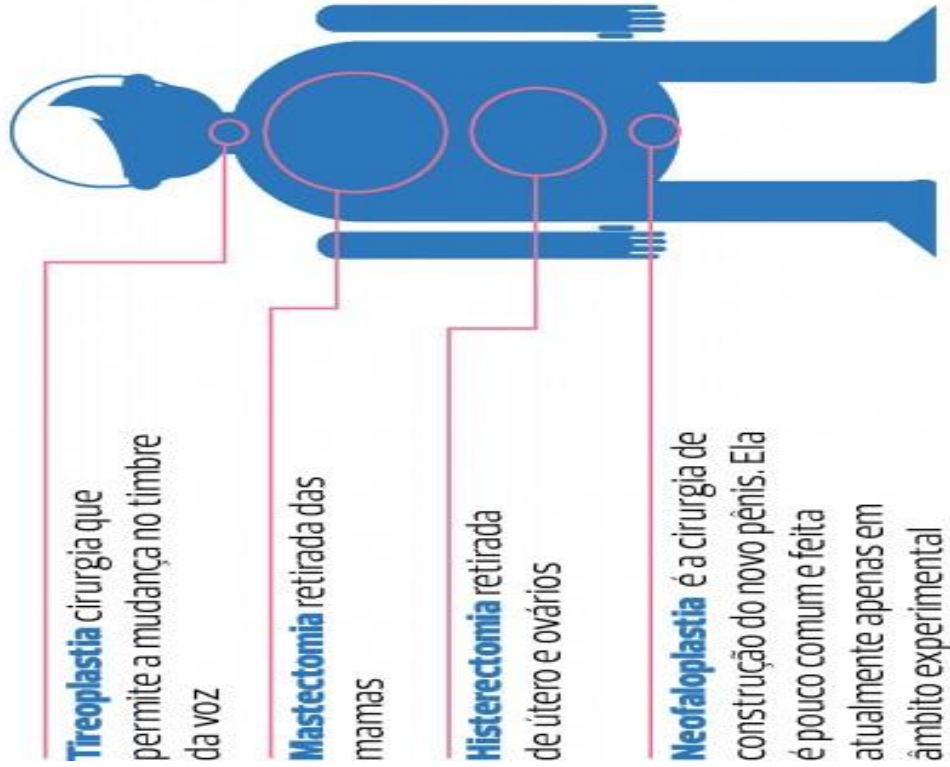
A integralidade é dos princípios filosóficos e organizativos do Sistema Único de Saúde (SUS), e em novembro de 2009 de acordo com o Ministério da Saúde, o Conselho Nacional de Saúde (CNS) aprovou a Política Nacional de Saúde Integral da População LGBT, com o objetivo de promover a saúde integral da população LGBT, eliminando a discriminação e o preconceito institucional, contribuindo para a redução das desigualdades, contribuindo também com a consolidação do SUS como um sistema universal, integral e equilibrado.

Na medicina, a transexualidade tem sido um objeto de preocupação, pois é um desafio que foi alcançado mediante a muitos paradigmas. A palavra “transexual” começou a ser mais usual a partir do século XX, por causa das descobertas e melhorias tecnológicas sobre hormônios e técnicas cirúrgicas, e só por meio da Resolução nº 1.482/97, e de acordo com o Conselho Federal de Medicina (CFM) brasileiro, pode reconhecer a cirurgia de transgenitalização e outros procedimentos como tratamento dos casos de transexualismo. Após essa evolução na medicina, os procedimentos do processo dos transexualizados podem ser determinados para o SUS, já que a Legislação do SUS (2003) reconhece que a orientação sexual e a identidade de gênero são determinantes e condicionantes da situação da saúde, e que o sofrimento gerado pela sensação de inadaptação em relação ao sexo anatômico, devem ser acolhidos e tratados pelo SUS, atendendo os princípios de universalidade, integralidade e equidade.

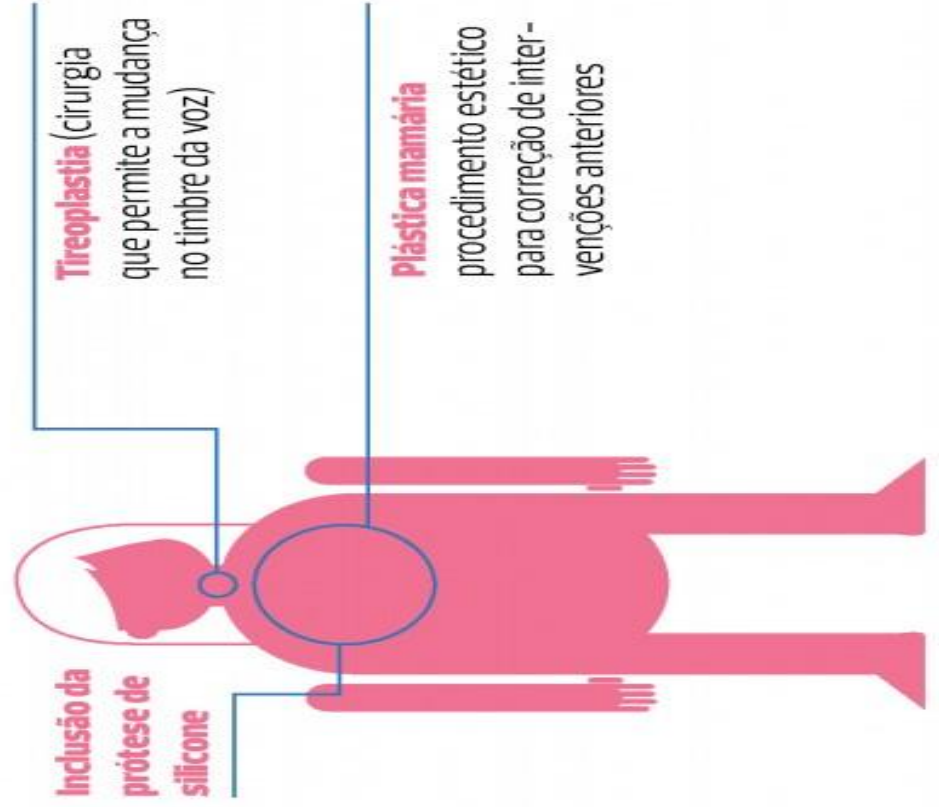
## ENTENDA O PROCESSO DE TRANSEXUALIZAÇÃO

O processo envolve uma série de **procedimentos de saúde** que vão desde acompanhamento **psicológico**, terapia **hormonal** até a **cirurgia** em si, se a (o) paciente desejar fazer. A assistência à saúde exige **acompanhamento com equipe multidisciplinar** por dois anos e **idade mínima** de 18 anos.

### CIRURGIAS MAIS DEMANDADAS POR HOMENS TRANS



### CIRURGIAS MAIS DEMANDADAS POR MULHERES TRANS E TRAVESTIS



## FIGURA : 8

### 3.4. Possíveis Caminhos para a Superação do Preconceito no Trabalho

Algumas profissões são consideradas femininas, como, cabeleireira, recepcionista, maquiadora, manicure, secretária, professora, etc. Essas atividades, são atribuídas socialmente às mulheres, historicamente menos valorizadas e remuneradas.

Quando entramos nesse debate, podemos encontrar mulheres trans que, gostariam de se tornar médica, administradora de empresa, enfermeira, e estilista, no entanto, podemos capturar a dificuldade da inserção da população trans no mercado de trabalho, principalmente se forem mulheres.

Sobre a questão da discriminação, LOURO (2003), aponta que atualmente as chamadas “minorias” estão se tornando mais visíveis, como resultado, a luta com grupos conservadores se dá de forma mais acirrada, chegando até mesmo em casos de agressão física e moral. É fato que, essas lutas estão muito mais concentradas no âmbito social, e a grande questão crítica se relaciona principalmente com a sexualidade, pois ao se falar da população trans, uma carga extra de preconceito é manifestada, de uma imagem que foge completamente das normas pré-estabelecidas da sociedade. Dessa forma, a exclusão social é uma realidade vivida por esse grupo, e as áreas de trabalho fora a prostituição, se concentram nos serviços gerais, como limpeza e salões de beleza.

O mercado de trabalho fecha para a população trans, surgindo apenas subempregos, os casos de carteira assinada são raros e bem específicos. Há inúmeras situações problemáticas enfrentadas pelos trans dentro do contexto social: o preconceito familiar, escolar, afetivo e profissional. A exposição e a permanência deles no espaço público geram muitos desconfortos, por isso Miriam ADELMAN (2009) expõe que o serviço militar e a participação eleitoral são momentos críticos, já que colocam a identidade masculina em questão. A autora exhibe as possibilidades de inserção no mercado de trabalho para as transgêneros são mínimas, pois sofrem dois tipos de preconceito, de ser trans e ser mulher, já que podemos considerar a questão da diversidade enfrentada pelas transgêneros, em razão de que para a mulher entrar no

mercado de trabalho, e ter as mesmas condições trabalhistas e salariais do homem, o desafio aumenta para a mulher trans.

ADELMAN (2009), aponta que a sociedade atribui um gênero desde a infância e sua normatização durante a vida tem um peso muito grande, essa atribuição é ponte para a socialização e coloca o indivíduo no mundo imposto por oportunidades e escolhas já estabelecidas, e a sociedade costuma ser cruel com aqueles que fogem da sua normatização. A autora pontua que a padronização de comportamentos segundo o gênero, estão profundamente enraizadas pela cultura, e estão ligadas à desigualdade, que é resultante do preconceito do diferente, causando a exclusão do trabalho.

O excluído não está à margem da sociedade, e sim sustenta a ordem social, sofrendo muito nesse processo de inclusão social. A população trans, tem protagonizado em sua história, mesmo presente em uma sociedade inflexível, a população trans está procurando ocupar seus espaços, indo além do trabalho noturno, procurando organizações de grupos atuantes em movimentos sociais, ampliando suas possibilidades de inserção.

### **3.5 Sexualidade e Gênero**

A norma de gênero repete que somos o que nossas genitálias informam, fundamentando a diferença sexual, que faz com que nós acreditemos que deve haver uma concordância entre gênero, sexualidade e corpo.

Mulheres que não querem ser mães, mulheres que amam mulheres, homens e mulheres biológicos que reconstroem seus corpos e lutam pelo reconhecimento de suas identidades.

Para BERENICE (2018), a despatologização da transexualidade significa politizar o debate, compreender como o poder da medicalização, biologização das condutas sexuais e dos gêneros. A autora relata o desejo da realização da cirurgia de transgenitalização, mas que a mesma não permite concluir a existência de uma identidade. A autora prefere falar de posições identitárias. Transexuais, que querem casar e reproduzir o modelo de mulher subalterna ou de homem viril, mulheres transexuais feministas, mulheres transexuais despolitizadas, transexuais que acreditam que a cirurgia os conduzirá a uma humanidade negada, transexuais que reivindicam exclusivamente a mudança do nome e do sexo nos documentos, cada um com a sua identidade.



O fato de compartilharmos determinados atributos biológicos, como a capacidade de gerar, não esgota as múltiplas posições que os sujeitos mulheres assumem nas relações sociais, quando se relaciona gênero à opção sexual, à etnia, à nível educacional, à religião, às culturas nacionais e locais.

Sexualidade na modernidade só pode ser compreendido por meio dos mecanismos de poder e de poder e saber que lhes são essenciais. Assim, sexo é o resultado complexo de uma experiência histórica, em outras palavras, sexo (homem e mulher), não é um simples fato ou uma condição estática e sim uma construção através do tempo.

### **3.6 Resultados da pesquisa**

Os resultados foram correlacionados entre Brasil e Portugal / Europa. Em relação aos direitos dos transsexuais como relata o site ILGA Europa que fala sobre Portugal ser um país que vem avançado a frente de outros países onde o casamento de pessoas do mesmo sexo já é feito desde 2010, e o melhor é um dos países que mais respeita os direitos dos lésbicas, *gays*, bissexuais, transexuais e intersexuais.

O parlamento português votou a favor da adoção de uma lei inovadora que proteja melhor e respeite o direito à autodeterminação e à integridade corporal das pessoas trans e intersexuais (ILGA EUROPA, 2018).

Site ILGA Europa faz as pesquisas com grupos não governamentais, que lutam em prol a dignidade humana e igualdade total de direitos a baixo segue o mapa de maio de 2015 da Rainbow Europe do arco íris que significa da cor vermelha desrespeito total, e cor verde respeito total.

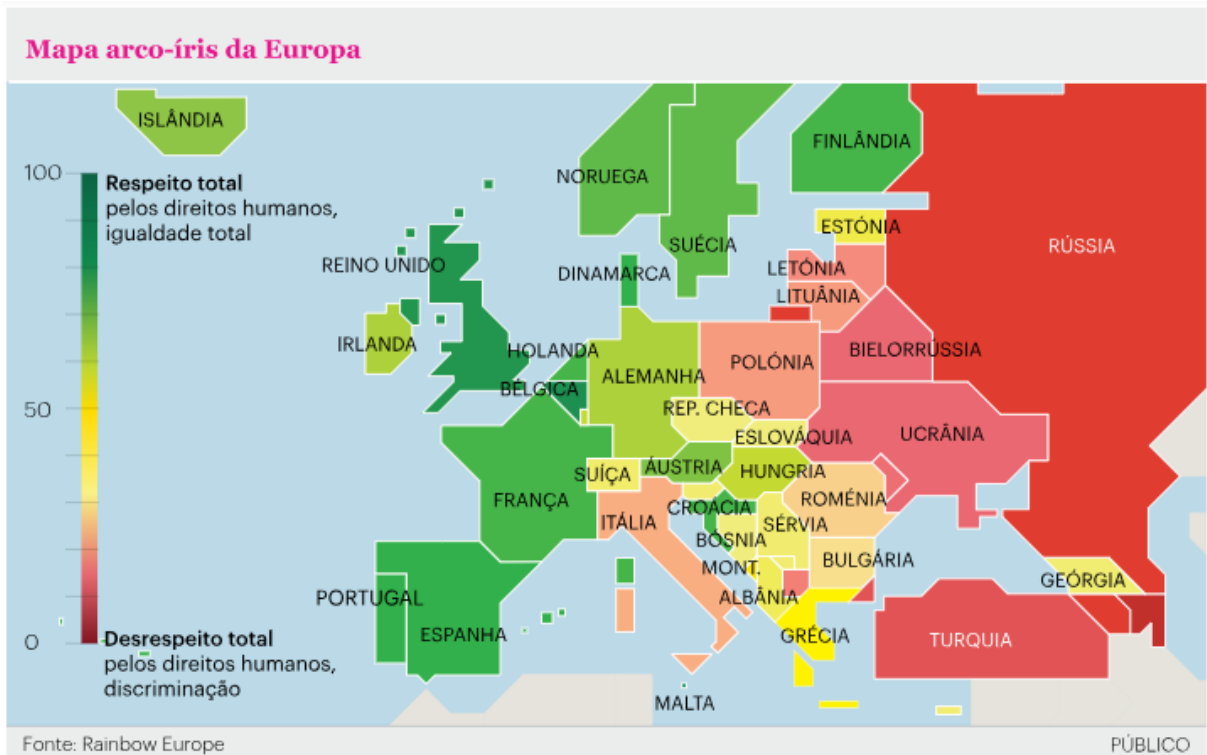
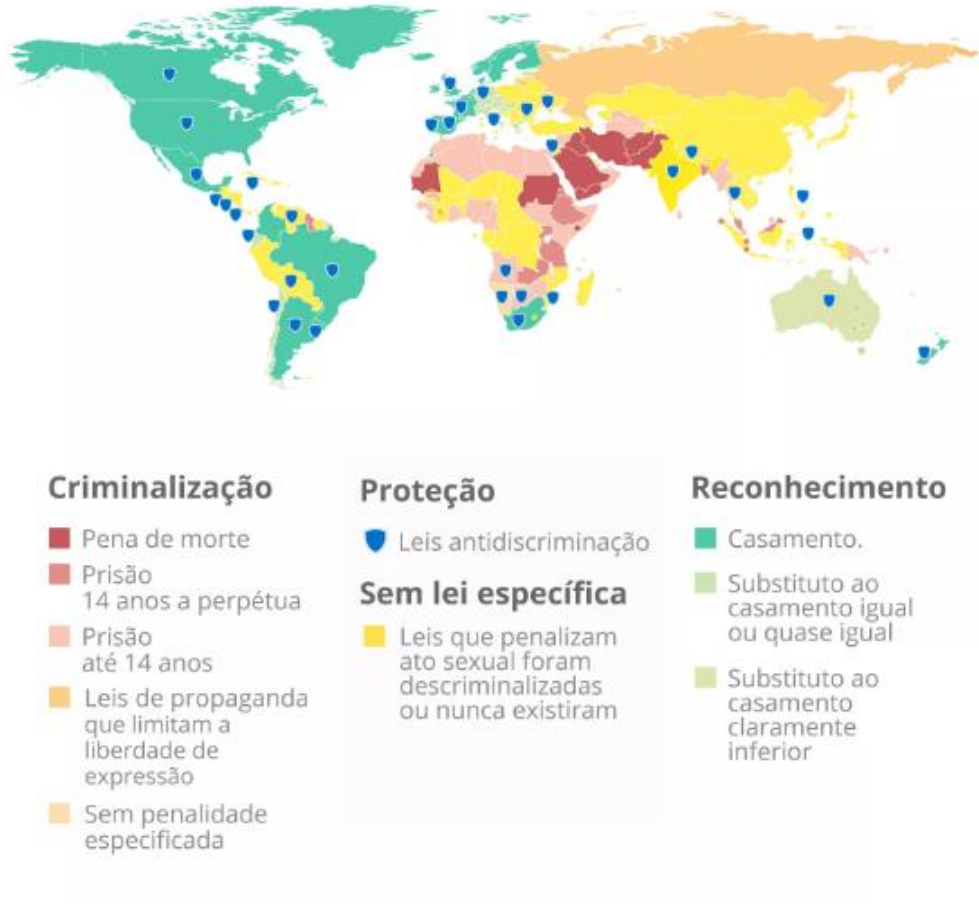


FIGURA1

Já no Brasil á duas realidades a se expor por um lado somos vistos como o país que mais mata transexuais no mundo (O GLOBO 2018), segue abaixo os dados do site EBC trans.

## Leis sobre orientação sexual no mundo



Fonte: ILGA (International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association)



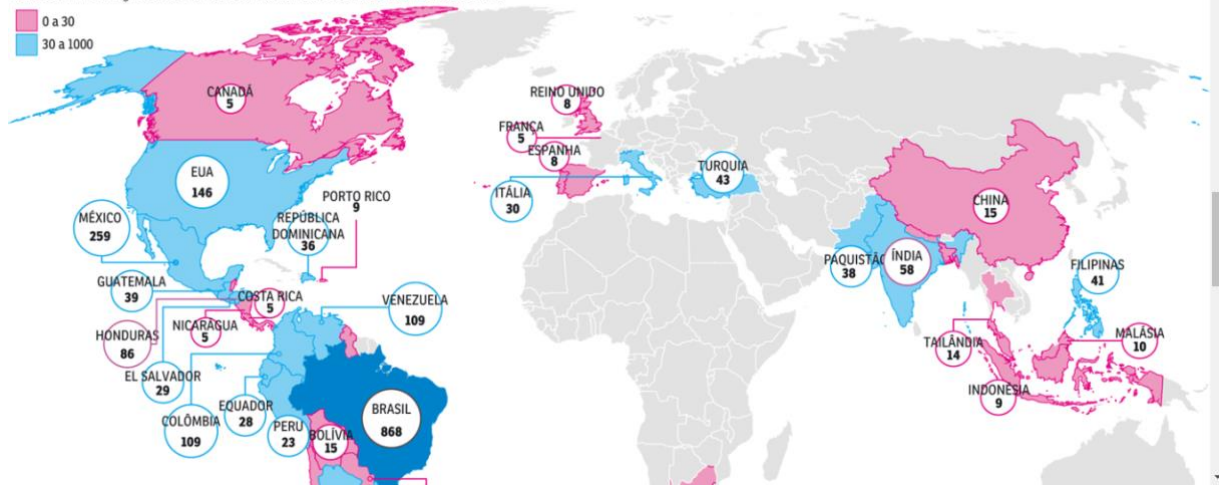
Infográfico atualizado em: 06/09/2018

FIGURA 2

Com a leitura do mapa, um dos direitos mais bem aceitos são o casamento em cor verde e leis de liberdade e expressão em cor laranja.

### Intolerância

Países com mais registros de homicídios relacionados à transfobia entre 2008 e 2016



Fonte: Trans Murder Monitoring/Transgender Europe

FIGURA 3



FIGURA 9

Conforme as figuras acima estão dados gravíssimos onde relatam que o Brasil é um dos países de maior ameaça a vida do transexual com dados de 868 homicídios dos anos de 2008 a 2016 e o país em segundo lugar como ameaça aos trans é o México com 259 homicídios o número é assustador até na comparação do 1 e segundo colocado, o Brasil se coloca como caso de emergência com essas vidas é responsabilidade nossa como sociedade e do governo apertando mais as leis são vidas que estão se perdendo.

É clareando mais para nosso atual território no segundo mapa mostram dados de homicídio e violência apenas no Brasil e a cidade de São Paulo aparece com 19 casos de mortes e o segundo colocado fica Alagoas com 9. Não há mais como a sociedade e o Estado invisibilizar esta demanda vidas estão se perdendo não apenas direitos, o direito principal a vida não vem sendo respeitado.

Segundo uma pesquisa da organização não governamental 'Transgender Europe' (TGEU), rede europeia de organizações que apoiam os direitos da população transgênero, o Brasil é o país onde mais se mata travestis e transexuais no mundo. Entre janeiro de 2008 e março de 2014, foram registradas 604 mortes no país.

Um relatório sobre violência homofóbica no Brasil, publicado em 2012 pela Secretaria de Direitos Humanos – hoje Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos – apontou o recebimento, pelo Disque 100, de 3.084 denúncias de violações relacionadas à população LGBT, envolvendo 4.851 vítimas. Em relação ao ano anterior, houve um aumento de 166% no número de denúncias – em 2011, foram contabilizadas 1.159 denúncias envolvendo 1.713 vítimas (Nações Unidas 2016).

O Brasil é um país parcialmente dividido, onde os dados acima relatam, dados assustadores de violência mas também de denúncias, muitos avanços nos direitos, também, estamos divididos entre sociedade acolhedora com mente aberta e sociedade conservadora e que só sabe se expressar com violência. Na questão do acesso ao mercado de trabalho é mais complicada ainda no Brasil pois empresas ainda possuem muito preconceito no momento de contratação para alguns cargos e a inclusão dos trans jovens nas faculdades e escolas. Como relata abaixo o site de reportagem agência Brasil.

De acordo com Cris Stefanny, presidenta da Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (Antra), 90% das travestis e transexuais optam pela prostituição para se sustentar. “Simplesmente não há oportunidades de trabalho. As poucas que não estão nas ruas estão em serviços subalternos”, afirma (Cazaré 2015).

Testemunho mulher trans brasileira, a primeira trans a entrar em uma faculdade publica no Brasil.

“Temos companheiras que têm curso superior, mestrado. Você deixa seu currículo. Quando a pessoa vê que é uma transexual - porque normalmente colocamos o nome de registro – ela diz: muito bem, seu perfil é maravilhoso. Mas coloca [o currículo] dentro da gaveta e você pode saber que eles não te chamam, infelizmente” ( Ebc 2015).

Relacionando a questão países europeus e o Brasil estamos até que próximos ao processo da questão de igualdade por direitos porém no Brasil em especial ainda existe a questão da violência a ser combatida, a questão da exclusão no mercado de trabalho será um processo lento, mas a classe ganhou muita força em muito pouco tempo entende se que com a força a luta tem tido bons resultados no mercado de trabalho também.

Em umas pesquisa a secretaria da justiça, trabalho e direitos humanos Dedihc, onde os transexuais, gays e lésbicas descrevem com alguns dados claramente a dificuldade no mercado de trabalho com 2% assume para o gestor de recursos humanos que é trans, gay ou lésbica ou seja no momento da contratação é que acontece a preconceito, 61% tem medo de não ser aceito.



## QUADRO 1

Esses dados demonstram a relação do mundo empregativo para os transexuais, é um reflexo não só empresarial como da sociedade também. Algumas das principais dificuldades da pessoa trans que já está empregada é ir ao banheiro em qual ir masculino ou feminino?, qual há uma oportunidade de crescimento dentro da empresa para cargos altos como gerência, ou supervisão os mesmos são barados de subir de cargo só por ser trans em algumas empresas, que não possuem uma visão mais humanitária. Através no estudo podemos ver que estamos diante de uma sociedade dividida onde 61% não aceita e 52% são favoráveis a diversidade.

Algumas das lutas conquistadas pelos trans são, o direito de o transsexual entrar para o serviço militar conforme o site Antra.

Após decisão do Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADI 4275, em 1º de Março de 2018, que garantiu a alteração dos registros civis de sexo e prenome de pessoas travestis, mulheres transexuais e homens trans, a ABGLT oficiou diversos ministérios sobre como seriam tratadas as questões referentes a essas pessoas no caso do alistamento militar (Benevides 2018).

Nome social que as empresas já aderiram por força da lei decreto Nº 8.727, e o projeto de lei nº 515, de 2017 – Criminaliza a Homofobia, que ainda está em andamento de votação no senado, que antes a lei de proteção ao transsexual era utilizada na lei nº 7716/89 lei referente a crime racial, sem ter uma lei específica para os transsexuais.

## 4. CONCLUSÃO

Este estudo tem, objetivo deste trabalho é identificar qual o fator pelo qual o transexual tem dificuldade ao ingressar no mercado de trabalho. Identificar os mecanismos de intervenção técnica que o assistente social utiliza, para garantir seus direitos e lutar contra qualquer tipo de preconceito.

O resultado esperado, é que o estudo possibilite ao assistente social ter um olhar crítico sobre a questão social, e também indicar formas viáveis de empoderar o transexual e orientar seu status de cidadania e sujeito social. Analisamos que, há sim uma dificuldade ao transexual entrar no mercado de trabalho, mas por conta do preconceito que existe na sociedade. Muitas empresas que trabalham com humanização e direitos já dão sim oportunidades a transsexuais terem as mesmas oportunidades que os heterossexuais, porém ainda é bem parcial está inclusão no mercado de trabalho.

Foi analisado também a importância do Serviço social nas empresas privadas na parte de seleção Rh, e administração, não só para orientação, mas também para fazer com que os direitos dos trans sejam respeitados dentro das empresas, e nos Cras e Creas especialização para os profissionais ao atender as demandas de violação dos direitos dos trans.

Foi identificado a luta existe sim na inclusão de direitos, que o CFESS, que está por dentro dessa luta contra a transfobia. Os transsexuais já conseguiram muitos avanços em inclusões de direitos como por exemplo nome social.

Referente a ação do Serviço Social na frente da luta de direitos das trans na cidade de Santos foi negada, pois todos os profissionais da área que procuramos durante a pesquisa nos indicaram profissionais de Serviço Social do município de São Paulo, existem grupos militantes na baixada mas não localizamos profissionais do serviço social atuante com a demanda.



Relacionando a pesquisa do Brasil para a Europa estamos ainda um pouco atrás, mas caminhando. Existem alguns estados do Brasil muito avançados na militância como Paraná, São Paulo (capital) e Rio de Janeiro.

## **REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA**

### **LIVROS:**

**ADELMAN**, Miriam. **A Voz e a Escuta - Encontros e Desencontros Entre a Teoria Feminista e a Sociologia Contemporânea**, 2009 - 3ª edição, São Paulo.

**ALMEIDA**, João Ferreira de; **Bíblia Sagrada**: antigo e novo testamento, 3ª edição, Santo André- SP, Brasil, 2014.

**ALMEIDA**, Guilherme. **Caderno 4 CFEES Transfobia. Série assistente social no combate ao preconceito transfobia**, Brasília (DF), 2016, p.7 – p.15, 30/09/2016.

**ASSIS** César, Maria Rita; Duarte, André; Cabral Sierra, Jamil  
**Governamentalização do Estado, movimentos LGBT e escola: capturas e resistências**. Educação, vol. 36, núm. 2, mayo-agosto, 2013, LGBT e escola: capturas e resistências

**BOBBIO**, Norberto. **Estado, Governo, Sociedade: Para uma teoria geral da política**. 13ª edição. Rio de Janeiro: editora Paz e Terra, 2007.

**CASTEL**, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

**DOWBOR**, Ladislau; Kilsztajn, Samuel. **Economia social no Brasil**. 2.Ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2008.

**MARX**, Karl. **O Capital – crítica da economia política**. 16. Ed.Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, traduzido em 1998.

**LOURO**, Guaciara Lopes - **Gênero, sexualidade e educação**, 2003 - 6ª edição, São Paulo.

#### **SITES:**

**ADAMS**, José Rodrigo Barth. PFEIFER, Mariana. Revista mosaico Social. Edição 3 . 2006, <http://cienciassociais.ufsc.br/files/2015/03/Artigo-162.pdf>, acesso em 15/07/2018.

**ABRAMO**, Lais. **DESIGUALDADES DE GÊNERO E RAÇA NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO**. editado em 2006.

[http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0009-67252006000400020](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252006000400020)

Acesso em 25/04/2019.

**ANTUNES**, Ricardo **DIMENSÕES DA CRISE ESTRUTURAL D O CAPITAL E SUAS RESPOSTAS**, editado em 2008<file:///C:/Users/claudio/Downloads/12-21-1-PB.pdf .acesso em 20/05/19.

**BENTO, Berenice. O que é transexualidade.** Editora Brasiliense 2017. < acesso em 15/08/17.

**BENEVIDES, Bruna. ABGLT LANÇA GUIA DE ORIENTAÇÃO SOBRE O ALISTAMENTO MILITAR PARA PESSOAS TRANS,**  
<https://antrabrazil.org/2018/11/14/abglt-lanca-guia-de-orientacao-sobre-o-alistamento-militar-para-pessoas-trans/>< disponível em 04/11/18, acesso em 04/04/19 as 09h45min.

**CFESS, Conselho Federal de Serviço Social, O Código de Ética Profissional dos/as Assistentes Sociais / Lei 8663/93** foi impresso na cidade de Brasília, em abril de 2012 pela Teixeira Gráfica e Editora Ltda.  
[http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_CFESS-SITE.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf)  
< acesso em 12/03/2018 as 00h04min.

**CRESS-PR. Serviço Social em Defesa dos Direitos da População LGBT** editado em 2017  
<http://www.cresspr.org.br/site/wp-content/uploads/2017/06/Cress-em-Movimento-LGBT.pdf>  
acesso em 20/04/2019.

**CFESS. RESOLUÇÃO CFESS Nº 845, de 26 de fevereiro de 2018.**  
<http://www.cfess.org.br/arquivos/ResolucaoCfess845-2018.pdf> acesso em 23/05/19.

**CAZARÉ, Marietá. Transfobia e exclusão,** editado em 2015.  
<http://www.ebc.com.br/trans>< acesso em 04/04/2019 as 04h20min.

**CAZARÉ, Marietá. Preconceito afasta transexuais do ambiente escolar e do mercado de trabalho,** editado em 2015. <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2015-11/preconceito-afasta-transexuais-do-ambiente-escolar-e-do-mercado-de>< disponível em 13/11/2015 acesso em 04/04/19 as 04h50min.

**DEDIHC. Preconceito interfere na escolha da carreira,** <http://www.dedihc.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=3368> < postado em 07/04/2015 acesso em 04/04/19 as 08h20min.

**DEREK Gustavo, Alagoas tem o 2º maior nº de mortes de LGBT do país no primeiro trimestre de 2018.** <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/alagoas-tem-o-2-maior-n-de-mortes-de-lgbt-do-pais-no-primeiro-trimestre-de-2018.ghtml> postado em 15/04/2018 17h49 acesso em 25.05.2019.

**FACCHINI, Regina. Histórico de luta de LGBT no Brasil: movimento é referência fundamental para pensarmos temas como diferença, desigualdade, diversidade e identidade na sociedade brasileira contemporânea.** Editado em 2016. Disponível em: < <http://pre.univesp.br/historico-da-luta-lgbt-no-brasil#.Wg0TVmiPLIU> > Acesso em: Data. 14 out. 2017, 04h25min.

**FERRAZ, Thais. CONHEÇA A HISTÓRIA DO MOVIMENTO PELOS DIREITOS LGBT.** editado em 2017 <https://www.politize.com.br/lgbt-historia-movimento/> acesso em 23/05/04.

**Figura 5: Garota dinamarquesa.** <http://asnamanga.com/garota-dinamarquesa-trata-questao-transsexual-sob-otica-romantica-do-amor-incondicional-e-sacramentado-pela-arte/>

**Figura 6: UOL.Trans grávido que conquistou a internet anuncia nascimento de filho** editado em 2017 <https://universa.uol.com.br/noticias/redacao/2017/07/16/trans-gravido-que-conquistou-a-internet-anuncia-nascimento-de-filho.htm> acesso em 20/04/2019.

**Figura 7: Clube de Dallas.** <http://www.adorocinema.com/filmes/filme-137097/> acesso em 04.08.2019.

**Figura 8:** Blog identidade trans: **Entenda o processo da transexualização**

[http://blogs.correio24horas.com.br/mesalte/wp-content/uploads/2017/01/ID-TRANS\\_2701171-1024x543.jpg](http://blogs.correio24horas.com.br/mesalte/wp-content/uploads/2017/01/ID-TRANS_2701171-1024x543.jpg). acesso em 28.05.2019.

**GRAMSCI**, Antonio. **Caderno do cárcere** - Antologia. Tradução: Carlos Diegues; Editora Estaleiro, 2011, [https://www.marxists.org/portugues/gramsci/1931/12/cartas\\_do\\_carcere\\_gramsci\\_pant.pdf](https://www.marxists.org/portugues/gramsci/1931/12/cartas_do_carcere_gramsci_pant.pdf), acesso em 18/09/2018 as 22:25.

**GIL**, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de projetos de serviço social**. Sexta edição. Editora Otlos.2008. <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>, acesso em 05/08/2018 as 23:20.

**IAMAMOTO**, Marilda Vilela. **As Dimensões Ético-políticas e Teórico-metodológicas no Serviço Social Contemporâneo**. Editado em 2006<[http://fnepas.org.br/pdf/servico\\_social\\_saude/texto2-2.pdf](http://fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto2-2.pdf)> acesso em 23/11/2018 as 13:20.

**ILGA**. <https://www.ilga-europe.org/rainboweurope/2018>< em acesso em 04/04/19 as 05:40.

**ILGA**. **Parabéns! Portugal votes to respect the rights of trans and intersex people**, <https://www.ilga-europe.org/resources/news/latest-news/portugal-vote-13april2018>< disponível em 13/04/18, Acesso em 04/04/19 as 06:30.

**IAMAMOTO**, Marilda **As Dimensões Ético-políticas e Teórico-metodológicas no Serviço Social Contemporâneo**, editado em 2006<[http://www.fnepas.org.br/pdf/servico\\_social\\_saude/texto2-2.pdf](http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto2-2.pdf)> acesso em 20.05.2019.

**Ministério da Saúde. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Brasília DF. 2013,**  
[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_saude\\_lesbicas\\_gays.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf)  
< acesso em 04/04/19 as 16h05min.

**Nações Unidas. Violência contra pessoas trans é ‘extremamente alta’ nas Américas, apontam ONU e parceiros.** <https://nacoesunidas.org/violencia-contra-pessoas-trans-e-extremamente-alta-nas-americas-apontam-onu-e-parceiros/>,  
Publicado em 15/04/2016. Acesso em 26/05/2019.

**PLANALTO. NOME SOCIAL. DECRETO Nº 8.727, DE 28 DE ABRIL DE 2016,**  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/decreto/D8727.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8727.htm) <  
disponível em 28/04/2016, acesso em 12/09/2017 as 00h32min.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA.** Edital de Chamamento Público SMDHC nº 001/2017. [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos\\_humanos/participacao\\_social/ATAS/Edital%20de%20CHAMAMENTO%20PUBLICO%20-%2003%2002%202017.pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos_humanos/participacao_social/ATAS/Edital%20de%20CHAMAMENTO%20PUBLICO%20-%2003%2002%202017.pdf), acesso em 20/05/19.

**RENNER, Mauricio. Atento: Nome social nos crachás,**  
<https://www.baguete.com.br/noticias/22/04/2015/atento-nome-social-nos-crachas>,  
disponível em 22/04/2015 as 10:17, acesso em 10/08/2017 as 04:15.